



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020



DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR



Secretaria da
Fazenda e Planejamento



Secretaria da
Fazenda e Planejamento

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | P.6

I. APRESENTAÇÃO | P.8

II. PRINCIPAIS INDICADORES | P.9

III. DESENVOLVE SP - O BANCO DO EMPREENDEDOR | P.10

IV. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | P.11

1. MISSÃO, VISÃO E VALORES | P.12
2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS | P.14
3. MAPA ESTRATÉGICO | P.15
4. PLANO DE NEGÓCIOS DO DESENVOLVE SP 2020 | P.16
5. PESQUISA DE SATISFAÇÃO COM USUÁRIO EXTERNO | P.18
6. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | P.20
7. PÚBLICO-ALVO | P.21
8. PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2020 | P.22
9. CONTROLES INTERNOS, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS | P.24
10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO | P.25

V. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL ALINHADA AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) | P.26

VI. INICIATIVAS DO DESENVOLVE SP FRENTE À CRISE GERADA PELA PANDEMIA COVID-19 | P.27

VII. PARCEIROS | P.30

1. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO | P.30
2. ENTIDADES PARCEIRAS | P.31

VIII. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | P.32

1. REVISÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | P.32

IX. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO | P.33

1. CONJUNTURA ECONÔMICA | P.33
2. DESEMPENHO OPERACIONAL | P.34
3. ATUAÇÃO ESTRATÉGICA | P.35
4. DESEMPENHO FINANCEIRO | P.39

X. DESTAQUES | P.39

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | P.44

BALANÇO PATRIMONIAL | P.46

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS | P.47

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE | P.48

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | P.48

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO | P.49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA | P.50

- 1 - CONTEXTO OPERACIONAL | P.50
- 2 - BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | P.50
- 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS | P.51
- 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | P.55
- 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS | P.55
- 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO | P.56
- 7 - OUTROS ATIVOS | P.60
- 8 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL | P.60
- 9 - DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS | P.61
- 10 - OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS | P.62
- 11 - OUTROS PASSIVOS | P.62
- 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO | P.63
- 13 - DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO | P.63
- 14 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL | P.66
- 15 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS | P.68
- 16 - CONTINGÊNCIAS | P.69
- 17 - SEGMENTAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (SFN) | P.69
- 18 - DECLARAÇÃO DE APETITE POR RISCOS (RAS) | P.69
- 19 - INTEGRAÇÃO ENTRE OS RISCOS | P.70
- 20 - ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL | P.70
- 21 - POLÍTICAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL | P.70
- 22 - POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO DE PILAR 3 | P.72
- 23 - PROGRAMA DE TESTES DE ESTRESSE | P.72
- 24 - RELATÓRIOS | P.73
- 25 - LIMITES OPERACIONAIS | P.73
- 26 - ANÁLISE DE SENSIBILIDADE | P.74
- 27 - OUTRAS INFORMAÇÕES | P.76

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | P.80

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA | P.86

- 1 - INTRODUÇÃO | P.88
- 2 - ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO | P.88
- 3 - RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | P.89
- 4 - AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS | P.89
- 5 - AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E AUDITORIA INTERNA | P.90
- 6 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | P.90
- 7 - CONCLUSÕES | P.91

PARECER DO CONSELHO FISCAL | P.92

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | P.93



DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR



Secretaria da
Fazenda e Planejamento

Relatório da Administração



Secretaria da
Fazenda e Planejamento



I. APRESENTAÇÃO

Este é o 12º Relatório Anual da Administração do Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., que apresenta o cumprimento das diretrizes da organização para o exercício de 2020.

Tem por objetivo ser um instrumento que facilite uma comunicação mais abrangente e transparente com clientes, colaboradores e demais stakeholders da instituição. Apresenta os principais resultados alcançados, presta contas de suas atividades, com informações sobre os seus desempenhos operacionais e financeiros, destacando as principais iniciativas realizadas, assim como seus objetivos e políticas.

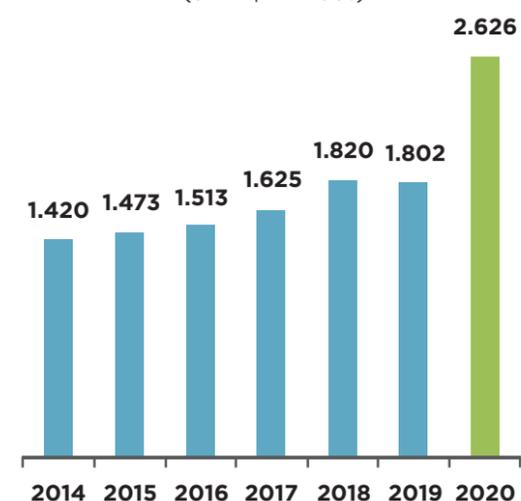
A edição de 2020 destaca as ações tomadas pelo Desenvolve SP com a finalidade de mitigar os efeitos causados pela pandemia de Covid-19, o que gerou uma forte crise econômica no estado de São Paulo, no Brasil e no resto do mundo. O Desenvolve SP, como braço financeiro do Estado, teve papel fundamental no enfrentamento da crise, pois facilitou as condições de financiamento às empresas paulistas.



II. PRINCIPAIS INDICADORES:

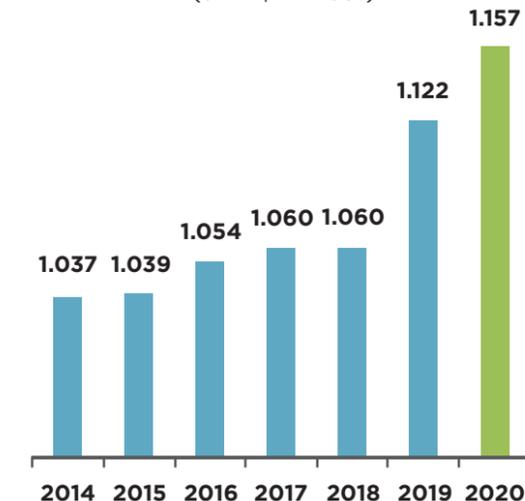
Ativo Total

(em R\$ milhões)



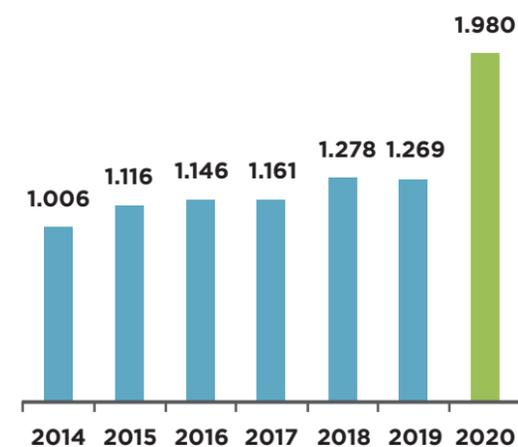
Patrimônio Líquido

(em R\$ milhões)



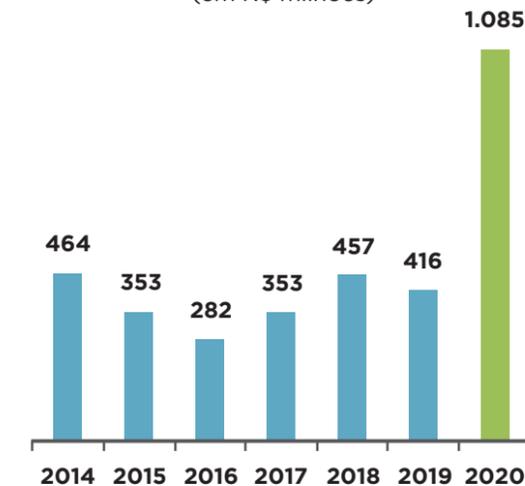
Saldo de Carteira de Crédito

(em R\$ milhões)



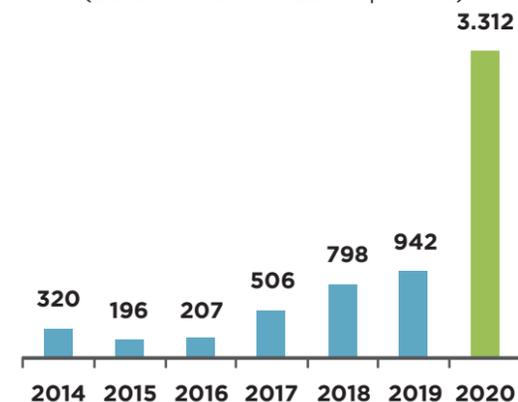
Desembolso - Valores

(em R\$ milhões)

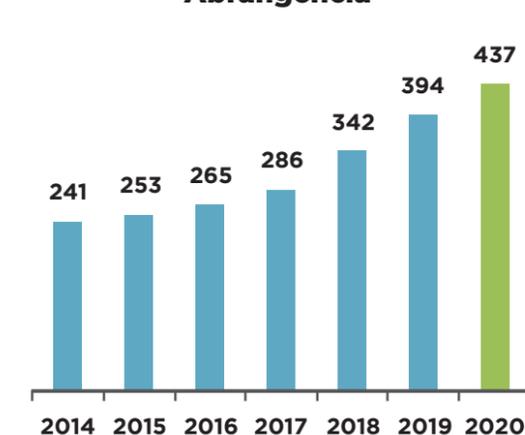


Desembolso - Quantidade

(Desembolsos realizados por ano)



Abrangência*



*Quantidade acumulada desde 2009 de cidades atendidas pelo Desenvolve SP por meio de linhas de financiamento (Setor Público e Privado).



III. DESENVOLVE SP – O BANCO DO EMPREENDEDOR

O Desenvolve SP, o Banco do Empreendedor, é a Agência de Fomento do Estado de São Paulo criada pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.142/2007. Constituída como pessoa jurídica de direito privado e de capital fechado, é uma empresa pública não dependente do Tesouro e autorizada a funcionar pelo Banco Central.

Com sede no município de São Paulo e capital integralizado de R\$ 1,042 bilhão, a instituição iniciou suas atividades em 2009. Faz parte da administração indireta do Estado de São Paulo e, a partir de 1º de janeiro de 2019, passou a ser vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.

Constitui seu objeto social a promoção do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828/2001, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de agências de fomento.

Foi concebido como instrumento institucional de apoio à execução de políticas financeiras destinadas ao desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, coordenando e implantando políticas financeiras de fomento.

Cabe ao Desenvolve SP fomentar projetos de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do estado, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico, em linha com o seu Planejamento Estratégico e em sintonia com as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual.

Sua atividade-fim é o financiamento de projetos de investimentos de longo prazo, de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos. Além das linhas de financiamento, também é objeto do Desenvolve SP a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, assim como serviços de administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo.



IV. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico para o período de 2019 a 2023 definiu as prioridades de atuação do Desenvolve SP, no que condiz com o cumprimento de sua missão, a estratégia da instituição descrita por meio de objetivos relacionados entre si, considerando o cenário econômico atual do país e o novo foco de crescimento da instituição para os próximos anos, mantendo o objetivo principal de fomentar a economia paulista.

Periodicamente, é realizada a revisão do Planejamento Estratégico, porém, devido ao forte impacto econômico de amplitude mundial, o Desenvolve SP reviu seu plano de atuação e remodelou suas linhas de crédito para apoiar as empresas do estado de São Paulo no enfrentamento dos impactos financeiros provocados pela pandemia.

Alinhada ao Plano São Paulo, a instituição definiu macro ações de curto (3 - 6 meses) e médio prazo (6 - 12 meses e 12 meses - 3 anos), sendo as diretrizes definidas no seu Planejamento Estratégico mantidas, com alterações pontuais nas medidas de curtíssimo prazo, entre as quais priorizar a concessão de crédito para micro e pequenas empresas, e aumentar o volume de recursos direcionados para capital de giro. As ações implantadas sobre o enfrentamento aos impactos econômicos causados pelo Covid-19 estão detalhadas em capítulo próprio deste Relatório.



Fases Temporais do Plano São Paulo de Combate aos Efeitos da Pandemia



1. MISSÃO, VISÃO E VALORES



MISSÃO

Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras rentáveis que gerem valor.



VISÃO

Ser reconhecida como instituição financeira de referência das micro, pequenas, médias empresas e prefeituras, atuando como propulsora do desenvolvimento dos municípios paulistas.



VALORES

- Trabalhamos com ética, transparência e profissionalismo, preservando a equidade de tratamento e as boas práticas de governança;
- Prezamos pela responsabilidade socioambiental;
- Buscamos a eficiência em todos os negócios;
- Prezamos pelo bem-estar e aperfeiçoamento profissional;
- Temos orgulho de fazer parte desse time.

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Para o período de 2019 a 2023, foram definidas como diretrizes de atuação:



RELAÇÃO COM GOVERNO

Participar dos programas estratégicos do Governo Estadual, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável e reduzindo as diferenças regionais.

O Desenvolve SP vem atuando de forma integrada com as entidades do Governo Estadual, constituindo-se em um instrumento de apoio às políticas públicas, em programas e projetos para o desenvolvimento sustentável das regiões do estado e para os diversos setores da economia.



INOVAÇÃO

Mobilizar a liderança para potencializar a criatividade das equipes, a fim de inovar em todos os seus negócios.

O Desenvolve SP também acredita que a inovação é a grande oportunidade para elevar a produtividade e o caminho para permitir o crescimento da instituição e o desenvolvimento regional do estado. O Desenvolve SP investe intensamente na inovação de soluções financeiras e tecnológicas, visando aumentar sua base de negócios e facilitar o acesso de seu público-alvo ao crédito.



SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA

Atuar com responsabilidade e eficiência na aplicação dos recursos para a sustentabilidade da instituição, de acordo com as melhores práticas de governança.

A sustentabilidade socioeconômica é fundamental para qualquer organização e um dever quando a instituição financia seus clientes com recursos públicos. Perseguir a autogeração de valor econômico e socioambiental é o pilar da Instituição.



EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Buscar a eficiência nos processos negociais, operacionais e tecnológicos, visando ao aumento da produtividade e lucratividade.

A gestão eficaz de uma empresa pressupõe a capacidade de manter a eficiência e efetividade em seus serviços. No entanto, para se atingir essa diretriz é necessário que haja políticas e estratégias eficientes de gestão e integração de esforços entre o governo e a instituição, para o bem da sociedade.



VALORIZAÇÃO DE PESSOAS

Gerar valor aos colaboradores, a fim de fortalecer a cultura organizacional e promover engajamento, integração e retenção de talentos.

O reconhecimento e a valorização de pessoas integram, de forma fundamental, o processo de motivação e crescimento, pois o ser humano está sempre em busca de respeito, atenção e consideração.

3. MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico apresenta por meio de objetivos, as prioridades e as ênfases de atuação do Desenvolve SP, no que condiz com o cumprimento de sua missão, e descreve a estratégia da instituição por meio de objetivos relacionados entre si e distribuídos em cinco perspectivas:



PERSPECTIVA ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL

1

Ser parceiro estratégico do Governo e contribuir para o crescimento sustentável do Estado de São Paulo



PERSPECTIVA FINANCEIRA

2

Maximizar o lucro da Instituição, em todas as linhas de negócios

3

Captar novas fontes de recursos



PERSPECTIVA MERCADO

4

Ampliar a capilaridade

5

Priorizar o crédito para as micro e pequenas empresas

6

Apoiar projetos dos setores público e privado que promovam o desenvolvimento regional

7

Posicionar e fortalecer a marca



PERSPECTIVA DE PROCESSOS INTERNOS

8

Otimizar processos por meio de inovação

9

Utilizar uma comunicação interna mais eficaz

10

Promover a inovação em seus modelos de negócios



PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

11

Valorizar, desenvolver e reter talentos

12

Promover a cultura organizacional com foco nas estratégias da instituição

13

Atualizar arquitetura tecnológica

14

Aperfeiçoar a gestão da infraestrutura

Fonte: Desenvolve SP (2020)

4. PLANO DE NEGÓCIOS DO DESENVOLVE SP 2020

No Planejamento Estratégico foram definidos seis pontos centrais de atuação que viabilizarão o atingimento dos resultados pretendidos. A seguir, são descritas as principais ações para cada eixo de atuação.

INOVAÇÃO

- Princípio transversal em todo plano de negócios da instituição;
- Estar presente nos núcleos inovadores e nos negócios correlacionados;
- Criar produtos e soluções financeiras inovadoras;
- Atualizar a arquitetura tecnológica da instituição;
- Ampliar a atuação em Fundos de Investimento em Participações

MICROCRÉDITO

- Elaborar parceria com o Banco do Povo Paulista e outras entidades que atuam nesse nicho de mercado, utilizando a sua capilaridade para disponibilizar linhas de financiamento do Desenvolve SP.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

- Criar produtos e soluções financeiras inovadoras, em ambiente digital, específicas para esse público;
- Potencializar parcerias para atendimento às micro e pequenas empresas, de forma regionalizada;
- Utilizar os fundos governamentais para subsidiar e garantir os financiamentos para as micro e pequenas empresas.

PREFEITURAS

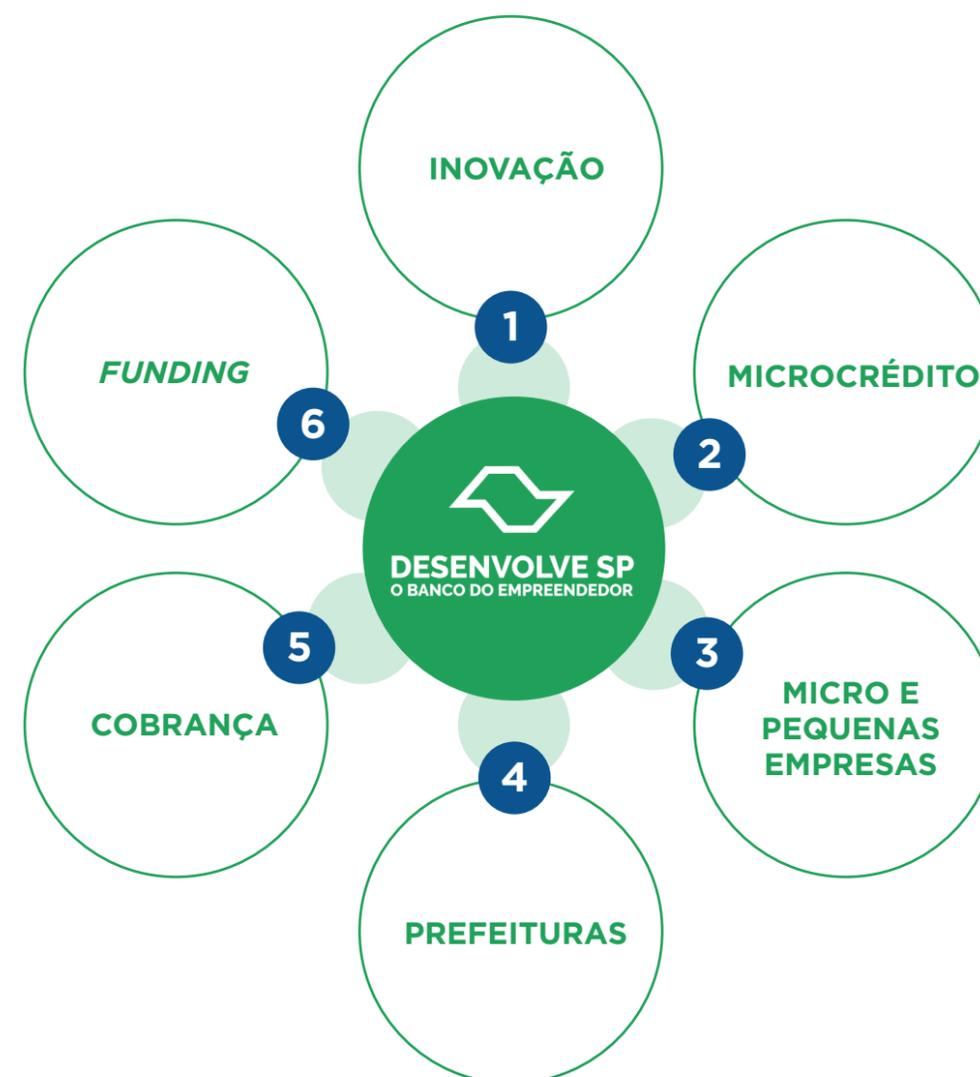
- Elaborar política de investimento para o setor público, considerando as características socioeconômicas e necessidades regionais;
- Atuar de forma alinhada aos programas governamentais, com ênfase na parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional;
- Apoiar projetos municipais em infraestrutura, mobilidade urbana, iluminação pública, entre outras, sempre com soluções inovadoras que permitam a modernização da gestão pública e que proporcionem o desenvolvimento regional;
- Buscar recursos de terceiros para apoiar programas governamentais.

COBRANÇA

- Utilizar a tecnologia para gestão do relacionamento com devedores e para recuperação do crédito;
- Buscar soluções alternativas de cobrança especializada externa.

FUNDING

- Aumentar a capacidade de financiamento, considerando a possibilidade de alavancagem da instituição;
- Viabilizar a captação de recursos de organismos nacionais e internacionais de desenvolvimento;
- Buscar investidores privados e públicos, interessados na constituição de veículos de investimentos focados no financiamento de projetos a serem realizados em parceria com o Governo de São Paulo.



5. PESQUISA DE SATISFAÇÃO COM USUÁRIO EXTERNO

Consciente de que como empresa pública deve prezar pela excelência no atendimento e os benefícios daí advindos, o Desenvolve SP incluiu em seu Planejamento Estratégico a realização da primeira Pesquisa de Satisfação com Usuário Externo.

Com base nas melhores práticas de mercado, para saber se seu cliente está satisfeito ou não com os seus produtos e serviços, além de aproximar a empresa ao cliente, direcionar os esforços para os pontos que precisam de mais atenção e tornando assim a empresa mais assertiva e elevando a satisfação dos seus clientes.

A pesquisa foi realizada entre fevereiro e março de 2020, por telefone, com uma amostra de 402 clientes que realizaram pedidos de financiamento ao Desenvolve SP, independentemente de terem formalizado o crédito ou não, e de Crédito Digital, atendidos entre 2018 e 2019, por telefone.

Os objetivos foram levantar os canais de atendimentos utilizados, avaliar o atendimento prestado, levantar a opinião acerca das reuniões técnicas e visitas dos consultores, mensurar o nível de exigência do Desenvolve SP no processo de financiamento e comparar as linhas de crédito com a concorrência.

Os clientes deram notas entre 1, no caso de muito insatisfeito, até 5, caso o cliente estivesse muito satisfeito.

RESULTADOS

A média geral da avaliação do Setor Privado, foi de 4,07, com destaque ao atendimento presencial e técnico, com nota de 4,50 e 4,55. A do Setor Público foi de 4,30 na média geral, com destaque para o atendimento técnico, com 4,67 pontos. Em ambos os setores o ponto de atenção foi o do nível de exigência no processo de atendimento, com 3,29 e 3,14 pontos em média, respectivamente.

A avaliação da Ouvidoria, obteve média geral de 3,48 pontos, com destaque a cordialidade, simpatia e educação do atendente da Ouvidoria, com 4,05. A solução apresentada pela Ouvidoria para sua demanda foi de 2,85 pontos em média.

Com base no resultado da pesquisa realizada, o resultado médio em geral do Desenvolve SP foi acima de 4,00, classificado como “satisfeito”. Os quesitos que receberam nota inferior a 4 foram analisados e o Desenvolve SP estuda melhorias com o objetivo de alcançar excelência no atendimento aos seus clientes.

4.0 RESULTADO MÉDIO
EM GERAL DO
DESENVOLVE SP

6. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Conforme previsto no Estatuto Social, o Conselho de Administração é responsável pela avaliação dos diretores da Companhia, nos termos do inciso III, do artigo 13, da Lei Federal nº 13.303/2016.

Em cumprimento à Deliberação CODEC 04/2019, foi realizada a Avaliação de Desempenho dos Administradores do Desenvolve SP envolvendo a participação de nove membros, sendo sete do Conselho de Administração e dois da Diretoria Executiva, mediante o preenchimento de formulários específicos que acompanhavam a Deliberação CODEC nº 04/19.

A avaliação abarcou as seguintes dimensões:

- I Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- II Contribuição para o resultado do exercício;
- III Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo;
- IV Funcionamento do Conselho de Administração;
- V Conhecimento técnico e da Companhia;
- VI Interação da Diretoria com o Conselho de Administração; e
- VII Autoavaliação individual.

O processo de avaliação atribuiu uma pontuação que variava de 1 a 4 para cada uma das dimensões baseada na seguinte escala:

- A Mudanças relevantes são necessárias;
- B Algumas mudanças são necessárias;
- C Satisfaz as expectativas; e
- D Supera as expectativas.

O processo foi submetido ao Comitê de Elegibilidade e Aconselhamento que atestou a sua conformidade.

7. PÚBLICO-ALVO

O foco do Desenvolve SP são microempresas, empresas de pequeno e médio porte e setor público, atendendo as empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 81 mil até R\$ 300 milhões, atuantes no agronegócio, comércio, indústria e serviços.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

Cabe ainda observar que todas as ações do Desenvolve SP para os próximos anos serão apoiadas em seu Planejamento Estratégico e baseada nos seguintes princípios orientadores: EFICIÊNCIA, PESSOAS, PARCERIAS, INOVAÇÃO E CRÉDITO.



8. PLANO DE METAS INSTITUCIONAIS 2020

Alinhado ao Planejamento Estratégico 2019-2023, com o objetivo de avaliar no curto prazo o desempenho e a eficiência da instituição, de modo a auxiliar e direcionar a sua estratégia operacional, com vistas ao atingimento de sua missão e o seu objeto social, foi aprovado o Plano de Metas para 2020.

Foram definidos onze indicadores com suas respectivas metas, que apresentaram os resultados abaixo. A Meta Global¹ ficou em 98,88%.

Plano de Metas 2020 (*R\$ Milhões)

Desenvolve SP		2020	Meta Global	98,88%
Indicador	Peso	Meta	Realizado	% Realizado
Índice de Eficiência	0,100	66,59%	61,51%	107,63%
Lucro Líquido recorrente	0,100	R\$ 48,5	R\$ 51,9	107,15%
Capacitação de Colaboradores	0,050	760:00	1115:30	146,78%
Novas Parcerias	0,050	13	17	130,77%
Captação de Recursos - Terceiros*	0,200	R\$ 250,0	R\$ 300,0	120,00%
Desembolso Inovação*	0,050	R\$ 32,3	R\$ 25,1	77,53%
MPE Atendidas	0,200	2.164	2.880	133,09%
Desembolso Setor Privado*	0,100	R\$ 723,2	R\$ 907,9	125,54%
Propostas Geradas - Setor Público*	0,25	R\$ 280,0	R\$ 318,9	113,88%
Integração Técnica - Setor Público	0,25	50	71	142,00%
Inadimplência	0,100	3,85%	0,47%	187,78%

Fonte: Desenvolve SP (2020)

¹Meta Global: somatório dos resultados de cada indicador ponderados pelos seus respectivos pesos, limitados a 100%.

ÍNDICE DE EFICIÊNCIA

Expressa a relação entre as despesas operacionais e a receita bancária.

LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

Apurado a partir do Lucro Líquido contábil com adições e exclusões de despesas e receitas não recorrentes no período.

CAPACITAÇÃO DE COLABORADORES (HORAS/AULA)

Programa de treinamento interno apurado pelo somatório das horas-aula.

NOVAS PARCERIAS

Parcerias com associações, órgãos, instituições nacionais e internacionais, financeiras e canais de distribuição.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS - TERCEIROS

Valor captado por meio de parcerias com instituições e órgãos financeiros.

DESEMBOLSO INOVAÇÃO

Desembolsos realizados no ano em linhas direcionadas para inovação.

MPE ATENDIDAS

Quantidade de micro e pequenas empresas que receberam recursos no exercício.

DESEMBOLSO SETOR PRIVADO

Desembolsos realizados em 2020 para o setor privado.

PROPOSTAS GERADAS - SETOR PÚBLICO

Fase final do processo no Desenvolve SP das solicitações das operações de crédito.

INTEGRAÇÃO TÉCNICA - SETOR PÚBLICO

Quantidade de videoconferências realizadas com as Prefeituras para suporte técnico.

INADIMPLÊNCIA

Percentual da carteira de créditos vencidos há mais de 90 dias.

9. CONTROLES INTERNOS, COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos, no Desenvolve SP, é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas, responsável pelo gerenciamento de capital e dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental, além de ser responsável pelas normas e pelos controles internos da instituição.

As políticas de gestão de riscos e de capital são aprovadas e revisadas anualmente, pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração. Essas políticas instituem diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do gerenciamento de riscos, com acompanhamento sistemático de seu cumprimento pela alta administração. As revisões anuais são resultantes do aprimoramento requerido pela aplicação dos controles nos processos existentes.

Vale destacar o trabalho desenvolvido para o controle dos planos de ação, resultantes do mapeamento de riscos das atividades da instituição, dos apontamentos das Auditorias Interna e Externa e das ações demandadas pela regulamentação aplicável, além do acompanhamento sistemático do cumprimento das normas expedidas pelos órgãos reguladores, com o conhecimento das ações executadas para o atendimento aos prazos estabelecidos.

No âmbito de Basileia III, o Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrado nos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em conformidade com a Resolução nº 4.327, de 25 de abril de 2014, do Conselho Monetário Nacional, o Desenvolve SP possui uma Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), que define, entre outras, diretrizes socioambientais que devem ser respeitadas para a concessão de financiamentos.

Além disso, a instituição obedece a uma política interna de gerenciamento do risco socioambiental, que define restrições a serem observadas para a não concessão de crédito a setores ecologicamente incorretos e procedimentos para avaliação, mensuração e mitigação do risco socioambiental presente nas operações de crédito.



10. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

Em 2020, o Desenvolve SP deu andamento ao trabalho de promoção das adequações necessárias em relação aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), destacando-se a criação do Comitê de Proteção de Dados e Privacidade.



11. CRÉDITO EMERGENCIAL PARA EMPREENDEDORES

O Governo de São Paulo promulgou o Decreto Estadual nº 65.500, em 04 de fevereiro de 2021, autorizando a abertura de crédito orçamentário no valor de R\$ 51 milhões, destinado ao aumento de capital do Desenvolve SP.

Esse aporte será direcionado para o Programa de Crédito Emergencial num total de R\$ 100 milhões para amparar micro e pequenas empresas, com Faturamento Bruto Anual (FBA) de R\$ 81 mil a R\$ 4,8 milhões, do Estado de São Paulo no enfrentamento dos impactos financeiros causados pela pandemia do coronavírus.



V. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL ALINHADA AOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

O Desenvolve SP é membro titular da “Comissão Estadual de São Paulo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, que foi criada pelo Governo do Estado de São Paulo através do Decreto Estadual nº 64.148, de 19 de março de 2019, com o objetivo de difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 no âmbito do Estado.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Em 2020, o Desenvolve SP apresentou os primeiros resultados sociais relacionados à Agenda 2030. Esses resultados serão incorporados ao **Segundo Relatório de Acompanhamento de ODS do estado de São Paulo** que será enviado a ONU e estão apresentados na primeira edição do **Relatório da Sustentabilidade do Desenvolve SP**, que contém informações relevantes que abrangem resultados ligados aos aspectos Financeiros, Responsabilidade socioambiental, Corpo funcional e Exercício da cidadania empresarial.

O Relatório da Sustentabilidade contempla os indicadores do Balanço Social, que foram relacionados aos ODS e, com base nos resultados e indicadores apresentados, o Desenvolve SP poderá aperfeiçoar o Planejamento Estratégico e a execução de um conjunto de atividades e operações que incrementem os benefícios para os colaboradores, para a comunidade, para o meio ambiente e para a própria Instituição.

VI. INICIATIVAS DO DESENVOLVE SP FRENTE À CRISE GERADA PELA PANDEMIA COVID-19

A fim de combater os impactos econômicos causados pela pandemia da Covid-19 nas empresas, e para preservar o emprego e a renda da população paulista, o Desenvolve SP, no cumprimento do seu papel de instituição financeira do Governo do Estado, lançou medidas de crédito com soluções alternativas e ágeis, e atuou como uma instituição ativa de políticas públicas, com iniciativas anticíclicas dentro do mercado em que atua.

Seguindo na mesma esteira do Estado de São Paulo, que já no início da crise criou o Plano São Paulo para orientar as ações do Estado, não somente durante a pandemia, mas também em sua fase de recuperação e sustentação, o Desenvolve SP implementou ações de contingência, sempre alinhadas ao Plano São Paulo.

Desenvolveu durante o ano de 2020 medidas específicas para cada uma das fases da pandemia com a preocupação, em um primeiro momento, de proteger colaboradores e clientes, todavia, considerando seu escopo de atuação e seu papel de agente financeiro do Estado. As medidas focaram o crédito e o apoio às micro, pequenas e médias empresas, além do setor público, mas não esquecendo de sua própria sustentabilidade.

As políticas e ações realizadas impactaram positivamente tanto os colaboradores da Instituição como as empresas paulistas que foram beneficiadas com acesso a crédito com condições facilitadas e, assim, preservaram empregos, mantiveram capital de giro e puderam investir em projetos sustentáveis e em qualidade de vida à população.

Dentre as ações para enfrentamento à crise econômica causada pela pandemia da Covid-19, o Desenvolve SP aprovou a adoção do *Standstill*, ou seja, a possibilidade de concessão da suspensão temporária dos pagamentos devidos para evitar o colapso das empresas paulistas, bem como para evitar que o caso fortuito – a pandemia da Covid-19 – prejudicasse a estabilidade dessas empresas e o resultado da instituição. Esta ação beneficiou 1.315 operações, com 6.542 parcelas, no valor de R\$ 93,5 milhões.

A primeira medida tomada pelo Desenvolve SP foi a constituição do Comitê Gestor do Coronavírus e a elaboração do ‘Plano de Ação – Combate ao Novo Coronavírus’, com instruções bem definidas para serem aplicadas pela instituição no período de quarentena, não somente com relação ao público interno e externo, mas também para a infraestrutura no processo de concessão do crédito.

As principais medidas relacionadas às Linhas de Financiamento foram a redução da taxa mínima de juros da linha de capital de giro com recursos próprios de 1,43% para 1,20% ao mês. O alongamento do prazo do financiamento com recursos próprios de 36 para 42 meses e a carência foi de três para nove meses. Financiamentos de capital de giro direcionados preferencialmente para micro, pequenas e médias empresas paulistas com faturamento anual entre R\$ 81 mil e R\$ 10 milhões. Condições diferenciadas para setores altamente impactados como turismo, cultura, economia criativa e determinados ramos do comércio, a taxa fixa de 1,20% ao mês, prazo de 60 meses e carência de 12 meses na linha com recursos próprios. Implantação da linha

de giro isolado com recursos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur). Alteração na linha Crédito Digital do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) Pequenas Empresas, de modo a atender, além de micro e pequenas, também médias empresas com faturamento até R\$ 90 milhões por ano e o prazo alterado para 60 meses e carência de até 12 meses.

Para cumprir as regras de distanciamento social, o atendimento aos clientes passou a ser virtual. As visitas *in loco* foram substituídas por reuniões via videoconferência e as apresentações dos consultores de negócios foram realizadas através de apresentações feitas pela internet (*lives*) a convite de entidades de classe.

O atendimento às Prefeituras foi feito através dos serviços de comunicação a distância, com o intuito de solucionar dúvidas e direcionar pleitos. Além disso, o Setor Público prestou auxílio ao Setor Privado através dos Agentes Públicos, que têm uma interlocução com os empresários da região e, com isso, atuam como um agente facilitador para o encaminhamento de projetos para o Setor Privado.

A crise enfrentada pelas empresas paulistas aumentou a demanda de solicitações de financiamentos e, para isso, o Desenvolve SP criou uma “força tarefa”, remanejando colaboradores de outras áreas para a linha de frente.

Antes da pandemia, o processo de formalização das operações realizadas era totalmente dependente de documentos físicos. Com o intuito de agilizar o processo e de evitar a propagação do vírus, todos os documentos necessários para o andamento do pedido de financiamento passaram a ser entregues e solicitados em formato digital.

Para suportar o trabalho executado de forma remota, a área de Tecnologia da Informação do Desenvolve SP implantou soluções que exigiram mudanças bruscas nas configurações do ambiente corporativo, com forte impacto na infraestrutura de TI e sistemas de suporte aos negócios.

Foram ampliados os acessos por Rede Virtual Privada (VPN), o aumento da velocidade do *link* de internet; expansão da área de *Storage* de Banco de Dados, *File Server*, *Servidores Web*; disponibilização de *notebooks* para uso em *home office*; implantação do novo *software* para gerenciamento da VPN.

Os sistemas de apoio aos negócios também foram altamente impactados para atender às demandas motivadas pelo novo cenário provocado pela crise. O Desenvolve SP implantou linhas de crédito diferenciadas, o que provocou um crescimento significativo no volume de propostas atendidas pelo Crédito Digital, exigindo alterações no processo e no sistema para garantir a agilidade e segurança na formalização das operações.

Adicionalmente, como agente financeiro do Banco do Povo Paulista, foi implantada nova plataforma para solicitação de crédito com a disponibilização de um canal digital em substituição ao atendimento presencial realizado até então pelos agentes de crédito.





1º LUGAR NO PRÊMIO ABDE

(Associação Brasileira de Desenvolvimento) - **BID** (Banco Interamericano de Desenvolvimento) - **Especial Covid-19**

Em dezembro de 2020, o Desenvolve SP foi o **primeiro colocado do Prêmio ABDE-BID - Especial Covid-19**, com projeto que destaca as melhores práticas adotadas pela instituição no enfrentamento dos impactos da pandemia no ano de 2020.

O Banco apresentou relatório com todas as ações estratégicas e institucionais implementadas para o combate aos efeitos do coronavírus na economia e apoio aos empreendedores paulistas na busca por crédito, especialmente no momento mais crítico da pandemia.

A instituição executou toda a sua estratégia em alinhamento com o Plano São Paulo do Governo do Estado, atuando de forma transversal, criando alternativas de combate aos impactos causados pela Covid-19 e contribuindo para a retomada econômica, cujos resultados foram manifestados ainda em 2020.

VII. PARCEIROS

1. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Desenvolve SP participa ativamente de projetos de políticas públicas do Governo do Estado de São Paulo, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da economia paulista.

Semanalmente, participa de reunião do Secretariado do Estado de São Paulo, cujas pautas estratégicas permitem que o Desenvolve SP participe das discussões e contribua para a implementação das políticas públicas do Estado.

Em 2020, o Desenvolve SP atuou como instrumento financeiro do Governo do Estado de São Paulo nos Programas: Transformando Cidades, Programa Vale do Futuro, Programa de Crédito Turístico, Programa de Investimento no Setor de Audiovisual de São Paulo (ProAV SP), Programa São Paulo Inova, Programa de Apoio ao Setor Avícola, Programa Empresa Rápido, Projeto Portal do Paranapanema (Fundespar), Programa Frota Nova, Programa Água Limpa e Programa Iluminação Pública.

Além destas parcerias já consolidadas, o Desenvolve SP, a EMTU (Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo) e as Secretarias de Educação e de Desenvolvimento Regional firmaram a parceria EMTU-LIGADOS, que prevê condições facilitadas de crédito para empresas que operam a frota Serviço Especial - SEC (LIGADO) e que atendem crianças e adolescentes com necessidades especiais em 59 municípios de São Paulo.

2. ENTIDADES PARCEIRAS

Além dos programas governamentais, o Desenvolve SP formalizou, em 2020, parcerias relevantes com entidades e instituições multilaterais, que apresentaram sinergia em seus planos estratégicos:

SEBRAE-SP E BANCO DO POVO PAULISTA

Parceria para a operacionalização do Programa de Crédito Orientado aos Pequenos Negócios, o qual tem como escopo promover a concessão de financiamentos para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte atendidos, a fim de ampliar os resultados positivos já obtidos no âmbito do Programa Juro Zero Empreendedor (PROMEI).

INVEST SP

Parceria para a execução do Projeto de Captação de Fundos de Investimentos e Projetos de Desenvolvimento, e consultoria para os municípios paulistas, de projetos de investimento e desenvolvimento e oportunidades de negócios.

SABESP

Por meio de parceria com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), o Desenvolve SP assinou o contrato de financiamento no valor de R\$ 70 milhões para a construção de infraestrutura de coleta de esgoto na bacia do Jaguaré e sua ligação às residências de mais de 58 mil famílias, dentro do Programa Novo Rio Pinheiros.

Por meio da atuação em parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial, fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, o Desenvolve SP abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso aos financiamentos para micro, pequenas e médias empresas.

Visando ampliar estas parcerias, em 2020, o Desenvolve SP também implementou parcerias com:

ABF - Associação Brasileira de Franchising,

ABRAFESTA - Associação Brasileira de Eventos

ALSHOP - Associação Brasileira de Lojistas de Shopping

CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

Colégio Notarial - Seção São Paulo

FACESP - Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo

FCDLESP – Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de São Paulo
 FECOMERCIO SP – Federação do Comércio, de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo
 RNCP – Rede Nacional de Consórcios Públicos
 SINBI – Sindicato das Indústrias de Calçado e Vestuário de Birigui
 SINDICALÇADOS – Sindicato da Indústria de Calçados de Jaú
 SESCON – Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de São Paulo
 Continuum Chemical Latin América Ltda.

VIII. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

1. REVISÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional é a forma como a empresa é organizada em torno da divisão de atividades e recursos, com fins de cumprir os objetivos da companhia. Representada de forma gráfica por meio de seu Organograma, a estrutura organizacional visa organizar os fluxos de trabalho, promover maior integração entre as áreas e facilitar e definir as responsabilidades das unidades internas.

Alinhada ao Planejamento Estratégico e visando à racionalização e sinergia das atividades realizadas pelas áreas, foi necessário revisar a estrutura organizacional do Desenvolve SP, de forma que as alterações realizadas incorporassem a criação e o remanejamento de unidades, além da revisão de suas nomenclaturas e siglas.

DESTAQUE

Superintendência de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia

Antes denominada como Superintendência de Tecnologia da Informação, era composta pela Gerência de Sistemas, Gerência de Infraestrutura e TI e Gerência de Transformação Digital.

Agora denominada como Superintendência de Desenvolvimento de Negócios e Tecnologia, passou a abranger também a Gerência de Produtos e está ligada à Presidência, devido às ações estratégicas no desenvolvimento do negócio.



O organograma da instituição está publicado em:
<https://www.desenvolvesp.com.br/wp-content/uploads/2020/10/ORGANOGRAMA.pdf>
 Ou use o QR Code ao lado para fazer download

IX. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. CONJUNTURA ECONÔMICA

O ano de 2020 foi marcado pela crise econômica enfrentada em nível mundial, em decorrência dos impactos da pandemia da Covid-19. O cenário econômico mundial passa por um período de retração, o qual deverá ser revertido a partir da aplicação em massa da vacina, o que deve ser realizado durante o ano de 2021.

No Brasil, segundo o relatório Focus, do Bacen², a projeção de queda do PIB para 2020 é de -4,36% em relação a 2019, reflexo da crise econômica enfrentada na pandemia. No mesmo relatório é apontada a projeção de crescimento de 3,4% para 2021, demonstrando um crescimento baseado na expectativa de retomada econômica.

A inflação de 2020 ficou em 4,52%, acima do centro da meta, 4,0%, porém dentro do limite de 1,5 p.p. para mais, e alta de 0,07 p.p. em relação à inflação de 2019. A meta da inflação para 2021 é de 3,75%, com intervalo de tolerância de 1,50 p.p. para cima ou para baixo.

Em um ano marcado pela pandemia, a boa notícia é o saldo positivo de criação de empregos acumulados no ano. Nas recessões de 2015 e 2016, perdemos mais de 1 milhão de empregos. Em 2020, mesmo com a pandemia, segundo o Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (Caged), 143 mil vagas de emprego formal foram criadas.

Como consequência do enfrentamento da crise causada pela pandemia, o mercado de crédito teve alta de 539,3 bilhões, a maior alta no volume desde a série histórica, em 1991. Em comparação com 2019, observamos uma alta de 15,5%, totalizando R\$ 4,017 trilhões. O crédito para pessoa física teve alta de 10,9% e para pessoa jurídica, alta de 21,8%. Segundo o Relatório Trimestral de Inflação de dezembro de 2020 do Banco Central do Brasil (Bacen), a projeção do crescimento do crédito em 2020 é de 15,6%, sendo de 22,6% para PJ geral. Já para 2021 a projeção é de alta de 7,8%, sendo que, para pessoa jurídica, a previsão de alta é de 4,2%, sendo um crescimento de 10,0% com Recursos livres e queda de 5,3% com Recursos Direcionados. A meta da taxa Selic manteve a trajetória de queda, encerrando 2020 em 2,00%, 2,5 p.p. abaixo da taxa de dezembro de 2019.

Principais indicadores econômicos

	2019	2020
Produto Interno Bruto (PIB)	1,1%	-4,36% ³
Inflação	4,31%	4,52%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	4,01	5,20
Taxa Selic – Meta	4,50%	2,00%
Taxa de desemprego (Pnad Contínua)	11,0%	14,1% ⁴
Balança Comercial (US\$ bilhões)	46,7	50,9

Fonte: Desenvolve SP (2020)

² Relatório publicado em 4 de janeiro de 2021.

³ Projeção – Relatório Focus de 04 de janeiro de 2021 – Banco Central do Brasil

⁴ Taxa de Desocupação no trimestre encerrado em novembro de 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

DESEMBOLSOS

Os desembolsos acumulados entre 2009 e 2020, totalizaram R\$ 4,7 bilhões (8.877 operações), distribuídos em 437 municípios, para 176 prefeituras e 6.222 empresas, sendo 52,2% deste número atendidas em 2020.

Em 2020, os desembolsos somaram R\$ 1.085 milhões, sendo 44,6% liberados com recursos próprios e 55,4% com recursos de terceiros, atendendo 3.253 empresas e 64 prefeituras, abrangendo um total de 285 cidades.

Devido à pandemia, muitas empresas tiveram suas atividades reduzidas, o que provocou uma grande procura por capital de giro, representando 63,1% do valor desembolsado em 2020. Outros 35,1% foram destinados a projetos de investimento e 1,8% para máquinas e equipamentos.

Cabe destacar os pedidos de financiamento para capital de giro, na modalidade Crédito Digital, com operações de até R\$ 1 milhão, que somou 1.763 operações, totalizou R\$ 342 milhões e um crescimento de 242,8% em relação a 2019.

Prezando pelo desenvolvimento sustentável das empresas, o Desenvolve SP desembolsou, através da Linha Economia Verde, o total de R\$ 346,6 milhões para o Setor Privado. Somente em 2020, foi desembolsado R\$ 102,5 milhões.

As linhas Economia Verde Municípios, Água Limpa e Iluminação Pública são linhas destinadas ao Setor Público, visando preservar o desenvolvimento sustentável dos municípios. Foi desembolsado R\$ 44,2 milhões no total, sendo R\$ 20,5 milhões somente em 2020.

Para o setor de serviços, foi desembolsado, em 2020, um total de R\$ 442 milhões, que corresponde a 40,8% das liberações efetuadas no ano, seguido pelo setor industrial com 27,9%, o setor público com 16,3%, o setor de comércio com 14,5%, e o setor do agronegócio com 0,5%.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das operações de crédito da instituição totalizou R\$ 1.980 milhões, um aumento de 56,1% em relação ao ano anterior, motivado pela capacidade da Instituição de gerar novas operações.

As operações de financiamento para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos são as de maior representatividade, com 53,9% da carteira, consolidando o papel do Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do estado de São Paulo.

O capital de giro corresponde a 41,5% da carteira, um aumento de 86,4% em relação

ao ano anterior. O aumento reflete a busca das empresas por capital de giro para o enfrentamento da crise provocada pela Covid-19.

Em relação ao porte, 77,9% do total da carteira de crédito refere-se às micro, pequenas e médias empresas, e a representatividade do saldo de carteira do setor público alcançou 19,1%.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 23,27% de operações com vencimento de até 360 dias e 76,73% acima de 360 dias. Vale destacar que 92,36% da carteira está classificada entre os *ratings* "AA" e "C".

3. ATUAÇÃO ESTRATÉGICA

INOVAÇÃO

Em 2020, os desembolsos para inovação somaram R\$ 25 milhões. No período de 2013 a 2020, o Desenvolve SP atingiu o total de R\$ 243 milhões, sendo 49,4% para microempresas e empresas de pequeno porte, em consonância com a Lei Estadual nº 15.099/2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

MICROCRÉDITO

Nos últimos 3 anos, o Fundo Banco do Povo Paulista desembolsou R\$ 570 milhões, por meio de 56,9 mil contratos, beneficiando 495 municípios. Em 2020, alcançou o montante recorde de R\$ 230 milhões, beneficiando 16,6 mil microempreendedores, e aumento de 28,2% em relação a 2019.

Para o Programa Juro Zero Empreendedor (PROMEI), uma parceria entre o Sebrae-SP e o Banco do Povo Paulista, foram desembolsados, desde o seu início, R\$ 21 milhões para 1,7 mil Microempreendedores individuais (MEIs).

O Programa Juro Zero Empreendedor foi fechado em 2020, e em substituição, foi celebrado convênio entre o Banco do Povo Paulista e o Sebrae-SP, para a criação do Programa de Crédito Orientado aos Pequenos Negócios. Nesse sentido, foi aportado o montante de R\$ 50 milhões no novo programa que já desembolsou R\$ 49,4 milhões para 3 mil beneficiários.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

No primeiro semestre de 2020, o Desenvolve SP patrocinou o projeto "Guia de Investimentos São Paulo 2020/2021". A publicação tem como objetivo promover os programas estratégicos do Governo Estadual no que tange ao papel do conjunto de ações relacionadas ao incentivo ao empreendedorismo, atração de investimentos e

apoio financeiro às empresas, em especial das micro, pequenas e médias empresas, que resulta no desenvolvimento econômico sustentável, eficiente e reduzindo as diferenças regionais.

Devido à pandemia da Covid-19, houve um aumento da demanda por crédito. Sendo as micro e pequenas empresas mais vulneráveis neste cenário adverso, o Desenvolve SP disponibilizou capital de giro através do crédito digital com condições especiais, atingindo a quantidade recorde de 2.880 MPEs atendidas, um crescimento de 291,8% em relação a 2019, consolidando assim as micro e pequenas empresas como seu público-alvo.

No total, foram desembolsados R\$ 426,8 milhões para as micro e pequenas empresas em 2020.

PREFEITURAS

O financiamento ao setor público, um dos focos estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico, atingiu a marca de R\$ 851 milhões em desembolso acumulado. No ano, foram desembolsados R\$ 177 milhões, beneficiando 64 prefeituras, que correspondem ao maior valor da série histórica e crescimento de 57,0% em relação a 2019.

Desde o início das operações com o setor público, 176 municípios paulistas já receberam financiamentos para projetos de infraestrutura, pavimentação urbana, projetos sustentáveis que proporcionem impacto ambiental positivo, como a redução na emissão de gás carbônico.

A Linha Via SP, destinada a projetos para execução de obras de pavimentação urbana, recape e pavimentação de vicinais, foi a que apresentou maior representatividade, com um total de R\$ 123,5 milhões, em 2020, representando 69,6% dos desembolsos para o setor público e atendeu 28 municípios paulistas.

Com a proposta de aproximar o Desenvolve SP dos 645 municípios paulistas, foram realizadas 79 visitas às Prefeituras, entre janeiro e março. Após este período, considerando o cenário da pandemia, o Desenvolve SP passou a prestar suporte técnico às prefeituras de forma remota, por meio de 71 videoconferências, visando o acompanhamento de cronogramas e aditivos contratuais.

Entre os novos contratos estão projetos municipais na Área de Meio Ambiente e Sustentabilidade, como por exemplo o financiamento da Usina Fotovoltaica no Município de Mira Estrela. Além disso, o Desenvolve SP também firmou parceria com a Rede Nacional de Consórcios a fim de operar com esse modelo de agregação municipal.

COBRANÇA

Apesar do cenário de pandemia, o Desenvolve SP manteve as ações de cobrança amigável e contenciosa, visando resguardar a Instituição de eventuais prejuízos e

manter a adimplência dos créditos já concedidos.

Neste contexto, o CMN e o Banco Central anteciparam medidas que permitiram às instituições financeiras manter a oferta de crédito e, assim, minimizar os impactos da Covid-19 na atividade econômica. Entre estas medidas as Resoluções 4.782 e 4.855, ambas de 2020, permitiram ao Desenvolve SP analisar a situação de contrapartes que são economicamente viáveis, mas que estavam sofrendo dificuldades financeiras provocadas pela pandemia, e permitiu que o pagamento de parcelas de seu contrato de financiamento fosse suspenso durante determinado período (*standstill*).

Também foram adotadas medidas para redução do valor mensal com as repactuações visando adequar o comprometimento mensal das empresas com sua capacidade de pagamento que foi impactada com o fechamento parcial do comércio.

Além disso, as unidades de cobrança amigável e jurídica da instituição têm unido forças para buscar renegociações e acordos com os clientes que já estavam em situação irregular, visando a recuperação do crédito de uma forma eficiente e a redução dos níveis de inadimplência.

A Instituição atuou de modo a aumentar a pulverização de suas operações e o permanente foco na gestão da cobrança, buscando o tratamento imediato das operações que apresentem atraso.

Tais ações resultaram na redução do seu índice de inadimplência, fechando 2020 em 0,47%, o melhor resultado desde 2011.

Outra frente de atuação foi a gestão sistemática da carteira de operações registradas em prejuízo. Em 2020, foi retirado da carteira de prejuízo R\$ 19,9 milhões entre recuperação de crédito e retorno à carteira ativa por meio da renegociação e pagamento da dívida de forma parcelada, fazendo com que a carteira de contratos registrados em prejuízo fosse reduzida.

FUNDING

Em 2020, o Desenvolve SP deu andamento à captação junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), no valor de R\$ 271 milhões, e prazo de até 6 anos para pagamento. A captação tem foco em projetos de investimento com conteúdo de sustentabilidade, estando alinhada aos ODS.

Além desta ação, o Desenvolve SP captou R\$ 300 milhões junto ao Fungetur, linha do Ministério do Turismo voltada para apoio financeiro às empresas privadas do setor turístico.

Ainda estão em negociação outras duas captações junto ao *International Finance Corporation* (IFC), com foco no Projeto Rio Pinheiros e o *New Development Bank* (NDB), com garantia soberana aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (Cofix), com foco em investimento em projetos sustentáveis de infraestrutura para os setores público e privado.

4. DESEMPENHO FINANCEIRO

O Desenvolve SP registrou, em 2020, um lucro líquido de R\$ 49,0 milhões, um crescimento de 3,0% em relação a 2019.

Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.160 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 2020, foi de 4,34%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 119 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 40,0 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 79 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 2.626 milhões, em 2020, composto por 71,3% de operações de crédito (51,4% de recursos próprios e 48,6% com recursos de terceiros), 23,4% de títulos e valores mobiliários e 5,3% de outros ativos.

Em 2020, a agência de classificação de risco *Fitch Ratings* qualificou o Desenvolve SP como BB- (BB menos). O resultado posiciona a agência de fomento no mesmo nível dos *ratings* soberanos e do Estado de São Paulo, apontando que, mesmo com os efeitos da crise causada pela pandemia, não houve dano ao risco de crédito da instituição.

A avaliação também reconhece o Desenvolve SP como um órgão estratégico para o desenvolvimento econômico do estado, pelo apoio a empresas e municípios com a concessão de empréstimos.

X. DESTAQUES

- 1 Desenvolve SP completa **onze anos**.
- 2 **Ações implementadas para o enfrentamento** da crise econômica causada pela pandemia da Covid-19.
- 3 Patrocínio ao projeto “Guia de Investimentos São Paulo 2020/2021”.
- 4 Assinatura do convênio entre o Banco do Povo Paulista e Sebrae-SP para operacionalização do **Programa de Crédito Orientado aos Pequenos Negócios**.
- 5 Financiamento do **Projeto Novo Rio Pinheiros**.
- 6 **Parceria EMTU-LIGADOS**, que prevê condições facilitadas de crédito para empresas que operam a frota Serviço Especial.
- 7 **Parceria Invest SP**: para execução do Projeto de Captação de Fundos de Investimentos e Projetos de Desenvolvimento.

8

Captação de Recursos no valor de R\$ 300 milhões do Fungetur.

9

Captação de Recursos no valor de R\$ 271 milhões da CAF.

10

Realização da **Pesquisa de Satisfação** com usuários externos.

11

1ª Edição do **Relatório de Sustentabilidade** do Desenvolve SP.

12

Recorde de R\$ 1,1 bilhão desembolsado em um ano, aumento de 161% em relação a 2019.

13

Recorde de 3.312 operações realizadas em um ano, aumento de 252% em relação a 2019.

14

Recorde de desembolso no Crédito Digital: R\$ 341,6 milhões em 2020, com aumento de 243% em relação a 2019.

15

Recorde de desembolso do fundo Banco do Povo Paulista: R\$ 229,8 milhões em 2020, com aumento de 28% em relação a 2019.

16

Primeiro colocado do Prêmio ABDE-BID - Especial Covid-19, com projeto que destaca as melhores práticas adotadas pela instituição no enfrentamento dos impactos da pandemia.

São Paulo, 31 de dezembro de 2020.



Nelson Antônio de Souza
Diretor Presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Diretor Financeiro e de Crédito

Lucia Helena da Silva
Diretora de Negócios e Fomento

Cely de Campos Mantovani
Diretora Administrativa, de Projetos e Processos



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva
Presidente do Conselho de Administração

Adailton Cesar da Costa Martins
Eduardo Marson Ferreira
Jerônimo Antunes
Lídia Goldenstein
Luciana Leal Coelho
Nelson Antônio de Souza
Roberto Brás Matos Macedo
Thiago Rodrigues Liporaci

DIRETORIA COLEGIADA

Nelson Antônio de Souza
Diretor Presidente

Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto
Diretor Financeiro e de Crédito

Lucia Helena da Silva
Diretora de Negócios e Fomento

Cely de Campos Mantovani
Diretora Administrativa, de Projetos e Processos

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes
Presidente

Francisco Vidal Luna
Izaura Antunes de Sá Finzetto
Walter M. Machado de Barros

CONSELHO FISCAL

Efetivos:

Amauri Gavião Almeida Marques da Silva
Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo
Roberto Yoshikazu Yamazaki
Rubens Peruzin

Suplentes:

André Luis Grotti Clemente
Ademar Bueno da Silva Júnior
Fábio Guimarães Serra
Gustavo Carvalho Tapia Lira

FICHA TÉCNICA



11/03/2009

Início das atividades



Junho de 2009

Primeira Operação



R\$ 1,042 bilhão

Capital Social



156¹

Colaboradores



R\$ 1.160 milhões

Patrimônio Líquido



R\$ 2.626 milhões

Ativos Totais



R\$ 1.085 milhões

Desembolso em 2020



R\$ 4.663 milhões

Desembolso Acumulado*



6.398

Clientes atendidos*



8.877

Operações*



437

Cidades Atendidas*



R\$ 1.980,1 milhões

Saldo da Carteira de Crédito



4,34%

ROAE



61,51%

Índice de Eficiência



92,36%

Índice de Qualidade da Carteira(AA-C)



0,47%

Índice de Inadimplência

* Período: 11/03/2009 - 31/12/2020

¹ Inclusive os quatro diretores.

Demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020 e 2019



Secretaria da
Fazenda e Planejamento

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO 2019

ATIVO	NOTA	31.12.2020		31.12.2019	
DISPONIBILIDADES	4	60	4		
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.595.775	1.750.110		
Títulos e Valores Mobiliários	5	615.641	481.532		
Operações de Crédito	6e	1.980.134	1.268.578		
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(108.361)	(83.241)		
Operações de Crédito	6a e 6e	(108.344)	(83.223)		
Outros Créditos		(17)	(18)		
ATIVO FISCAL DIFERIDO	14b	59.084	52.904		
OUTROS ATIVOS		46.728	48.404		
Outros Valores e Bens	7a	41.983	44.616		
Outros Créditos	7b	4.745	3.788		
IMOBILIZADO DE USO	8a	33.675	33.642		
INTANGÍVEL	8b	6.543	5.444		
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(5.956)	(5.109)		
Imobilizado		(3.404)	(2.848)		
Intangível		(2.552)	(2.261)		
PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	7a e 8a	(1.639)	-		
TOTAL DO ATIVO		2.625.909	1.802.158		
PASSIVO	NOTA	31.12.2020		31.12.2019	
DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.418.409	657.850		
Recursos de Repasse	9a	986.263	561.189		
Empréstimos no Exterior	9b	275.920	-		
Outros Passivos Financeiros	9c	156.226	96.661		
PROVISÕES	16	1.539	1.614		
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	10	24.086	5.587		
OUTROS PASSIVOS	11	22.106	14.688		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	1.159.769	1.122.419		
Capital		1.054.902	1.041.977		
Capital De Domiciliados no País		1.041.977	1.041.977		
Aumento de Capital		12.925	-		
Reservas de lucros		104.867	80.442		
TOTAL DO PASSIVO		2.625.909	1.802.158		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	NOTA	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		123.317	211.451	167.838
Operações de crédito	6b	116.623	186.174	131.356
Resultado de aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e câmbio		6.694	25.277	36.482
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(59.019)	(92.965)	(63.499)
Operações de empréstimos, cessões e repasses		(32.499)	(48.987)	(42.241)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(26.520)	(43.978)	(21.258)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		64.298	118.486	104.339
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS		(17.369)	(40.029)	(45.459)
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	12a	23.322	37.423	17.941
Despesas de pessoal	12b	(22.722)	(45.253)	(39.444)
Outras despesas administrativas	12c	(12.943)	(22.370)	(17.583)
Despesas tributárias	12d	(5.811)	(10.524)	(8.254)
Outras receitas operacionais		852	1.518	2.164
Outras despesas operacionais		(67)	(823)	(283)
DESPESAS DE PROVISÕES		267	75	(102)
Trabalhista		273	89	(94)
Outras		(6)	(14)	(8)
RESULTADO OPERACIONAL		47.196	78.532	58.778
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1.172)	(3.274)	(284)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		46.024	75.258	58.494
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	(12.912)	(22.988)	(7.793)
Imposto de renda e CSLL corrente		(14.607)	(28.802)	(8.323)
Imposto de renda e CSLL diferido		1.695	5.814	530
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(2.044)	(3.287)	(3.141)
RESULTADO LÍQUIDO		31.068	48.983	47.560
N.º DE AÇÕES		1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,03107	0,04898	0,04756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido do Período	31.068	48.983	47.560
Outros Resultados abrangentes	-	-	-
Resultado Abrangente do período	31.068	48.983	47.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

	Capital realizado	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Legal	Especial de lucro		
Saldos em 01/01/2019	1.016.035	-	15.963	28.215	-	1.060.213
Aumento de Capital	25.942	-	-	-	-	25.942
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	47.560	47.560
Destinações:						
Reservas	-	-	2.378	20.961	(23.339)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	12.925	(24.221)	(11.296)
Saldos em 31/12/2019	1.041.977	-	18.341	62.101	-	1.122.419
Mutações do período	25.942	-	2.378	33.886	-	62.206
Saldos em 01/01/2020	1.041.977	-	18.341	62.101	-	1.122.419
Aumento de Capital	-	12.925	-	(12.925)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.983	48.983
Destinações:						
Reservas	-	-	2.449	32.574	(35.023)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	2.327	(13.960)	(11.633)
Saldos em 31/12/2020	1.041.977	12.925	20.790	84.077	-	1.159.769
Mutações do período	-	12.925	2.449	21.976	-	37.350
Saldos em 01/07/2020	1.041.977	-	19.237	74.865	-	1.136.079
Aumento de Capital	-	12.925	-	(12.925)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	31.068	31.068
Destinações:						
Reservas	-	-	1.553	19.810	(21.363)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	2.327	(9.705)	(7.378)
Saldos em 31/12/2020	1.041.977	12.925	20.790	84.077	-	1.159.769
Mutações do período	-	12.925	1.553	9.212	-	23.690

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

	Nota	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participações		46.024	75.258	58.494
Ajustes ao lucro antes dos impostos e participações		24.795	45.871	22.941
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		26.520	43.978	21.258
Depreciação e amortização		464	893	854
Provisão para desvalorização de títulos livres		(705)	(564)	727
Constituição de perdas por impairment de ativos		(1.216)	1.639	-
Provisão para passivos contingentes		(268)	(75)	102
Lucro ajustado antes dos impostos e participações		70.819	121.129	81.435
Variação ativo/passivo		(5.195)	(19.351)	(130.297)
(Aumento)/redução em TVM		(136.466)	(40.585)	(23.824)
(Aumento)/redução operações de crédito		(555.240)	(730.414)	(36.447)
(Aumento)/redução créditos tributários		(1.796)	(6.180)	(1.138)
(Aumento)/redução outros créditos		39.999	(957)	(1.648)
(Aumento)/redução outros valores e bens		4.161	2.633	299
Aumento/(redução) depósitos		-	(11)	-
Aumento/(redução) obrigações por empréstimos e repasses		648.485	700.994	(51.087)
Aumento/(redução) outras obrigações		1.689	66.536	(8.481)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(6.027)	(11.367)	(7.971)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		65.624	101.778	(48.862)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado de uso		(10)	(86)	(167)
Aplicações no intangível		(1.098)	(1.098)	(300)
Baixa do imobilizado		6	6	2
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(1.102)	(1.178)	(465)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio pagos exercício anterior		-	(4.361)	(28.005)
Juros sobre o capital próprio pagos		(1.500)	(3.223)	(6.935)
Aumento de capital		-	-	25.942
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(1.500)	(7.584)	(8.998)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		63.022	93.016	(58.325)
Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre e exercício	4	48.797	18.803	77.128
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre e exercício	4	111.819	111.819	18.803
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa		63.022	93.016	(58.325)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 - Contexto operacional

O Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”) é uma Instituição financeira de capital fechado, com sede na Rua da Consolação, 371, Centro, São Paulo - SP, constituída sob a forma de empresa pública estadual, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Constitui objeto da Instituição a promoção do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, podendo, para tanto, conceber e implantar ações de fomento sob as diferentes modalidades a que alude a Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, ou outras que venham a substituí-la ou alterá-la, e demais normas que regulam as Agências de Fomento, incluindo o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos no Estado de São Paulo, através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- I. Fundos governamentais;
- II. Orçamento estadual;
- III. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social, a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF) e normatizações do Conselho Monetário Nacional.

Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central, através da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço

Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

Em 12 de fevereiro de 2021, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das demonstrações financeiras do Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.

3 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos financeiros

- I. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

II. Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Operações de crédito e obrigações por repasse

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Renegociações

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações

de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

Conforme permitido pela Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, as operações renegociadas no período de 1º de março a 31 de dezembro de 2020 foram mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, exceto: (a) as operações com atraso igual ou superior a 15 dias em 29 de fevereiro de 2020; e (b) operações com evidências de incapacidade da contraparte honrar a obrigação nas novas condições pactuadas.

d) Outros Valores e Bens

Compostos por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

e) Imobilizado de uso e Intangível

O imobilizado de uso e o intangível são registrados ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 8. Terrenos não são depreciados. A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

f) Tributos correntes e diferidos

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

TRIBUTO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Instituição optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Em virtude da publicação da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL foi majorada de 15% a 20%, a partir de 1º de março de 2020.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 14 b, incluindo o valor decorrente da majoração da alíquota citada anteriormente.

g) Demais ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização ou de exigibilidade, incluindo rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data das demonstrações financeiras, calculados “pro rata” dia e, quando aplicável, reduzidos para refletir o valor de realização. Os saldos realizáveis ou exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulante, respectivamente.

h) Provisões, ativos e passivos contingentes

A Instituição segue as diretrizes da Resolução nº 3.823/2009, do Conselho Monetário Nacional, a qual aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, sendo os principais critérios:

- **Ativos Contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Passivos Contingentes:** de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

i) Redução do valor recuperável de ativos

Anualmente ou quando há evidências que o valor contábil possa não ser recuperável, é realizada a revisão dos valores líquidos dos ativos a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para desvalorização. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

j) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 27b.

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades	60	4
Cotas de Fundo de Renda Fixa	111.759	18.799
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	111.819	18.803

5 - Títulos e valores mobiliários

a) Composição da carteira

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	386.519	386.519	110.985	274.000	384.985
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	20.147	20.147	-	-	-
Cotas de Fundo de Renda Fixa	111.759	-	111.759	18.799	-	18.799
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	80.175	13.375	93.550	-	76.785	76.785
Cotas de Fundos Garantidores de Op. de Crédito	1.429	3.536	4.965	-	2.826	2.826
(-) Provisões para desvalorizações	(227)	(1.072)	(1.299)	-	(1.863)	(1.863)
Total	193.136	422.505	615.641	129.784	351.748	481.532

As cotas do Fundo de Renda Fixa, aplicadas no BB FEFI CP AUTOM FIC, Cotas de Fundos de Investimento em Participações, Letras Financeiras do Tesouro e Letras do Tesouro Nacional são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A. A remuneração dos títulos públicos federais foi impactada pela redução da taxa SELIC, durante o exercício de 2020.

b) Cotas de fundos de investimento em participações

Fundo	31.12.2020				31.12.2019			
	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização	Capital subscrito	Capital integralizado	Valor contábil	Provisão para desvalorização
Inovação Paulista	25.000	24.754	38.065	-	25.000	23.821	33.432	-
BBI Financial I	10.000	9.780	29.701	(123)	10.000	9.600	24.019	(108)
CRP Empreendedor	10.000	5.268	12.409	-	10.000	5.285	9.047	(19)
Aeroespacial	15.000	9.380	13.375	(1.029)	15.000	7.843	8.339	(700)
Performa Investimentos SC I	-	-	-	-	2.000	1.948	1.948	(1.031)
Total	60.000	49.182	93.550	(1.152)	62.000	48.497	76.785	(1.858)

6 - Operações de crédito

a) Carteira por modalidade

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financiamentos	190.472	745.930	936.402	158.540	642.975	801.515
Financiamento de Infraestrutura e Desenvolvimento	95.262	204.934	300.196	91.996	146.487	238.483
Empréstimos	175.113	568.423	743.536	122.216	106.295	228.511
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	-	-	69	-	69
Total da Carteira de Crédito	460.847	1.519.287	1.980.134	372.821	895.757	1.268.578
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(20.733)	(87.611)	(108.344)	(17.584)	(65.639)	(83.223)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	440.114	1.431.676	1.871.790	355.237	830.118	1.185.355

b) Receitas da intermediação financeira - Operações de crédito

	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Financiamentos	40.760	75.442	74.816
Empréstimos	41.627	60.119	28.231
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	16.641	30.652	26.306
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	17.595	19.960	1.999
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	-	1	4
Total	116.623	186.174	131.356

c) Carteira por setor de atividade econômica

	31.12.2020	Participação	31.12.2019	Participação
Setor Público	377.535	19%	277.573	22%
Administração Direta	377.394	19%	277.573	22%
Atividades Empresariais	141	-	-	-
Setor Privado	1.602.599	81%	991.005	78%
Outros serviços	870.832	44%	528.107	42%
Indústria	413.600	21%	298.687	23%
Comércio	310.843	16%	153.431	12%
Pessoas Físicas	4.281	-	7.118	1%
Rural	3.043	-	3.662	-
Total	1.980.134	100%	1.268.578	100%

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

Operações em Curso Normal										31.12.2020	31.12.2019
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	491.462	448.983	355.459	528.867	31.994	13.703	9.521	49.928	31.403	1.961.320	1.244.979
01 a 30	25.583	10.932	7.843	9.652	556	452	312	744	316	56.390	54.847
31 a 60	12.018	7.567	6.090	7.600	499	429	290	649	216	35.358	28.329
61 a 90	11.652	7.021	5.372	6.232	495	428	288	649	216	32.353	28.470
91 a 180	35.822	20.949	16.936	19.409	1.428	1.292	828	1.947	654	99.265	89.711
181 a 360	65.270	48.054	42.434	59.702	2.866	2.346	1.503	3.894	1.237	227.306	161.813
Acima de 360	341.117	354.460	276.784	426.272	26.150	8.756	6.300	42.045	28.764	1.510.648	881.809
Parcelas Vencidas	-	86	415	313	89	-	29	-	68	1.000	2.230
01 a 30	-	86	408	123	69	-	29	-	68	783	1.876
31 a 60	-	-	7	190	20	-	-	-	-	217	354
Subtotal	491.462	449.069	355.874	529.180	32.083	13.703	9.550	49.928	31.471	1.962.320	1.247.209

Operações em Curso Anormal ^(a)										31.12.2020	31.12.2019
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
Parcelas Vincendas	-	-	-	2.932	5.047	269	1.009	577	4.347	14.181	18.181
01 a 30	-	-	-	51	283	13	40	20	149	556	413
31 a 60	-	-	-	48	279	13	39	20	144	543	404
61 a 90	-	-	-	48	271	12	38	20	141	530	382
91 a 180	-	-	-	143	727	37	110	58	404	1.479	1.142
181 a 360	-	-	-	337	1.081	69	200	107	642	2.436	1.893
Acima de 360	-	-	-	2.305	2.406	125	582	352	2.867	8.637	3.947
Parcelas Vencidas	-	-	-	163	1.047	55	255	165	1.948	3.633	3.188
1 a 30	-	-	-	46	-	5	9	8	107	175	416
31 a 60	-	-	-	52	-	6	9	8	111	186	511
61 a 90	-	-	-	63	1.046	10	9	8	108	1.244	522
91 a 180	-	-	-	2	1	34	201	105	485	828	880
181 a 360	-	-	-	-	-	-	27	36	760	823	751
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	377	377	108
Subtotal	-	-	-	3.095	6.094	324	1.264	742	6.295	17.814	21.369
Total	491.462	449.069	355.874	532.275	38.177	14.027	10.814	50.670	37.766	1.980.134	1.268.578

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de Risco	Provisão %	Valor das Operações	31.12.2020	31.12.2019
			Provisão	Provisão
AA	-	491.559	-	-
A	0,5	449.067	(2.245)	(1.686)
B	1,0	355.873	(3.559)	(1.722)
C	3,0	532.277	(15.968)	(5.120)
D	10,0	38.178	(3.818)	(3.081)
E	30,0	14.026	(4.208)	(7.829)
F	50,0	10.814	(5.407)	(5.882)
G	70,0	50.671	(35.470)	(39.348)
H	100,0	37.669	(37.669)	(18.555)
Total		1.980.134	(108.344)	(83.223)

f) Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Saldo Inicial	97.803	83.223	108.053
Créditos baixados para prejuízo	(15.979)	(18.857)	(46.088)
Provisão constituída	26.520	43.978	21.258
Saldo Final	108.344	108.344	83.223

g) Informações complementares

	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Créditos renegociados ^(a)	260.099	639.426	61.027
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	17.595	19.960	1.999

(a) Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas. O montante apresentado inclui as operações com prorrogações de prazos para pagamento de prestações, em virtude da pandemia da Covid-19, as quais, em virtude da Resolução nº 4.803/20 emitida pelo CMN, alterada pela Resolução nº 4.855/20, puderam ser mantidas no mesmo nível de risco em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020, mediante os requisitos citados na nota 3c.

7 - Outros Ativos

a) Outros Valores e Bens

	Custo	Provisão para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo Líquido de Provisão	
			31.12.2020	31.12.2019
Bens não de uso próprio - Imóveis	41.913	(889)	41.024	44.489
Bens não de uso próprio - Veículos	-	-	-	60
Despesas antecipadas	70	-	70	67
Total	41.983	(889)	41.094	44.616

b) Outros Créditos

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Devedores Diversos - País	2.349	-	2.349	2.120	-	2.120
Rendas a receber	1.471	-	1.471	1.038	-	1.038
Adiantamentos e antecipações salariais	217	-	217	41	-	41
Devedores por compra de valores e bens	26	144	170	26	149	175
Outros	538	-	538	414	-	414
Total	4.601	144	4.745	3.639	149	3.788

8 - Imobilizado e Intangível

a) Imobilizado de Uso

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de Depreciação	
					31/12/2020	31/12/2019
Imóveis de Uso	Terrenos	11.600	-	-	11.600	11.600
	Edificações	20.161	(2.083)	(751)	17.530	18.492
	Móveis e Equipamentos	1.476	(982)	-	562	576
Outras Imobilizações de Uso:	Sistema de Processamento de Dados	120	(105)	-	19	29
	Sistema de Comunicação	191	(143)	-	59	51
	Instalações	127	(91)	-	51	46
Total em 31/12/2020		33.675	(3.404)	(751)	29.520	-
Total em 31/12/2019		33.642	(2.848)		-	30.794

b) Intangível

	Custo	Amortização	Custo Líquido de Amortização	
			31.12.2020	31.12.2019
Outros Ativos Intangíveis	Software - adquiridos	(2.552)	2.892	3.183
	Software - gerados internamente em andamento	-	1.099	-
Total em 31/12/2020	6.543	(2.552)	3.991	-
Total em 31/12/2019	5.444	(2.261)	-	3.183

9 - Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

					31.12.2020		31.12.2019	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	13.415	59.323	80.016	375.302	528.056	53,54	371.292	66,16
FUNGETUR	925	598	20.673	284.176	306.372	31,06	12.056	2,15
FINEP	2.819	13.369	15.400	92.516	124.104	12,59	140.601	25,05
FINAME	1.051	5.149	5.717	15.814	27.731	2,81	37.240	6,64
Total	18.210	78.439	121.806	767.808	986.263	100,00	561.189	100,00

b) Empréstimos no exterior

Financiamento contratado com a Corporação Andina de Fomento - CAF, no montante total de US\$ 50 milhões, com prazo de vencimento de 6 anos e liberado em tranches de diferentes valores. Foi realizado *swap offshore* e, portanto, o recurso foi internalizado em reais.

Tranche	Data da Liberação	Vencimento Final	Taxa de Juros	Valor liberado	Circulante	Não circulante	31.12.2020
							Total
CAF-1	12/08/2020	12/08/2026	CDI+2,84%	109.912	1.999	109.912	111.911
CAF-2	11/09/2020	11/09/2026	CDI+2,74%	84.022	1.169	84.022	85.191
CAF-3	28/09/2020	28/09/2026	CDI+2,82%	77.876	942	77.876	78.818
Total				271.810	4.110	271.810	275.920

c) Outros passivos financeiros

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo	116.545	-	116.545	54.981	-	54.981
Programa Água Limpa	606	24.331	24.937	265	24.381	24.646
Programa Frota Nova Município	2.183	9.559	11.742	1.930	11.498	13.428
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	1.156	1.301	2.457	1.350	1.310	2.660
Programa Renova SP	102	387	489	260	619	879
Subtotal	120.592	35.578	156.170	58.786	37.808	96.594
Depósitos vinculados	56	-	56	67	-	67
Total	120.648	35.578	156.226	58.853	37.808	96.661

(a) Referem-se a recursos do FUNGETUR para a concessão de operações de crédito e recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo ao Desenvolve SP para subsidiar os juros de parcelas adimplentes de operações de crédito dos respectivos Programas de financiamento.

10- Obrigações fiscais correntes e diferidas

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Imposto de Renda	9.373	-	9.373	-	-	-
Contribuição Social	8.903	-	8.903	842	-	842
Impostos e contribuições sobre salários	2.648	110	2.758	2.302	129	2.431
COFINS	843	-	843	573	-	573
Impostos e contribuições diferidos	-	1.883	1.883	-	1.517	1.517
PIS	137	-	137	93	-	93
Outros	189	-	189	131	-	131
Total	22.093	1.993	24.086	3.941	1.646	5.587

11 - Outros Passivos

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Sociais e estatutárias(a)	10.392	-	10.392	6.280	-	6.280
Outras Obrigações (b)	11.321	393	11.714	7.877	531	8.408
Total	21.713	393	22.106	14.157	531	14.688

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Juros sobre o capital próprio	8.410	-	8.410	4.361	-	4.361
Participação nos lucros	1.982	-	1.982	1.919	-	1.919
Total	10.392	-	10.392	6.280	-	6.280

b) Outras Obrigações

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Credores diversos	3.484	-	3.484	544	108	652
Provisões para despesas de pessoal	3.474	393	3.867	3.019	423	3.442
Fornecedores	3.171	-	3.171	2.284	-	2.284
Provisões para despesas administrativas	946	-	946	1.670	-	1.670
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	242	-	242	186	-	186
Cobrança e arrecadação de tributos	4	-	4	174	-	174
Total	11.321	393	11.714	7.877	531	8.408

12- Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social de R\$1.054.902 está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de julho de 2020 a Assembleia Geral autorizou o aumento de capital social, no montante de R\$12.925 relativos aos juros sobre o capital próprio do exercício de 2019, deliberado pelo Conselho de Administração em 17 de dezembro de 2020, cuja autorização será solicitada ao Banco Central do Brasil.

b) Reserva de lucros

b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram destinados para essa reserva o montante de R\$2.449 (R\$2.378 em 2019).

b.2) Reserva especial de lucro

A Reserva Especial de Lucros é constituída pela apropriação dos lucros não distribuídos da Instituição, sendo sua constituição efetivada por proposta dos órgãos da administração.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposto no artigo 46 do Estatuto Social do Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., as ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após deduções determinadas ou admitidas em lei, podendo ser pago sob a forma de juros sobre o capital próprio.

No exercício de 2019, os juros sobre o capital próprio foram calculados em conformidade com os limites previstos na IN RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

No exercício de 2020, em decorrência da Resolução CMN nº 4.820 de 29 de maio de 2020, alterada pela Resolução CMN nº 4.885 de 23 de dezembro de 2020, os juros sobre o capital próprio foram limitados a 30% do lucro líquido ajustado, valor este, inferior aos limites estabelecidos pela RFB.

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro Líquido	48.983	47.560
(-) Reserva Legal	(2.449)	(2.378)
Base de Cálculo Ajustada	46.534	45.182
Dividendo mínimo obrigatório - JCP	11.633	11.296
JCP adicionais propostos	2.327	12.925
Reserva de lucros	32.574	20.961

d) Lucro por ação

	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido do período	31.068	48.983	47.560
Número de Ações	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R\$)	0,03107	0,04898	0,04756

13 - Desdobramento das contas de resultado

a) Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Rendas de tarifas bancárias	14.801	22.005	5.698
Receitas de prestação de serviços	8.521	15.418	12.243
Total	23.322	37.423	17.941

b) Despesas de pessoal

	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Proventos	(12.772)	(24.828)	(20.875)
Encargos sociais	(4.522)	(8.721)	(7.764)
Benefícios	(3.901)	(8.755)	(7.801)
Honorários de diretores e conselheiros	(1.241)	(2.383)	(2.401)
Treinamento	(160)	(302)	(397)
Estagiários	(126)	(264)	(206)
Total	(22.722)	(45.253)	(39.444)

c) Outras despesas administrativas

	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Serviços técnicos especializados	(3.696)	(6.473)	(3.695)
Processamentos de dados	(2.042)	(4.174)	(3.759)
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	(1.422)	(2.225)	(2.087)
Patrocínios e relações públicas ^(a)	(710)	(1.640)	(2.388)
Serviços do sistema financeiro	(1.389)	(1.516)	(235)
Propaganda e publicidade ^(a)	(900)	(1.045)	(421)
Manutenção e conservação de bens	(434)	(905)	(738)
Serviços de terceiros	(482)	(802)	(670)
Vigilância e segurança	(300)	(671)	(710)
Depreciação	(305)	(603)	(601)
Transporte	(263)	(534)	(618)
Contribuições filantrópicas	(395)	(395)	(275)
Materiais de Escritório	(132)	(316)	(175)
Amortização	(159)	(290)	(253)
Comunicações	(120)	(245)	(216)
Publicações	(40)	(195)	(283)
Água, energia e gás	(74)	(164)	(220)
Seguros	(48)	(95)	(93)
Viagem no país	(32)	(82)	(146)
Total	(12.943)	(22.370)	(17.583)

(a) As despesas com publicidade e patrocínio estão em conformidade com o limite previsto no artigo 93 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

d) Despesas tributárias

	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Contribuição ao COFINS	(3.854)	(7.213)	(5.758)
ISSQN	(916)	(1.414)	(530)
Contribuição ao PIS	(626)	(1.172)	(936)
IPTU	(340)	(646)	(734)
Outras	(75)	(79)	(5)
ITBI	-	-	(291)
Total	(5.811)	(10.524)	(8.254)

14 - Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	2º sem/2020		31.12.2020		31.12.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	46.024	46.024	75.258	75.258	58.494	58.494
Participação dos empregados	(2.044)	(2.044)	(3.287)	(3.287)	(3.141)	(3.141)
Resultado após a participação dos empregados	43.980	43.980	71.971	71.971	55.353	55.353
Alíquotas vigentes^(a)	25%	20%	25%	20%	25%	15%
Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas vigentes^(b)	(10.995)	(8.602)	(17.993)	(13.873)	(13.838)	(8.303)
Adições	(7.049)	(6.433)	(13.264)	(10.126)	(7.705)	(4.540)
Exclusões	7.174	6.165	10.947	8.422	9.968	5.932
Incentivos Fiscais	748	-	799	-	408	-
Prorrogação de licença maternidade	(94)	-	106	-	67	-
Juros sobre capital próprio	2.426	2.053	3.490	2.691	6.055	3.633
Imposto de Renda e CSLL corrente	(7.790)	(6.817)	(15.915)	(12.887)	(5.045)	(3.278)
Ativo Fiscal Diferido líquido	1.023	773	3.374	2.806	(2.866)	4.004
Passivo fiscal diferido líquido	(56)	(45)	(204)	(162)	(274)	(334)
Imposto de Renda e CSLL diferido	967	728	3.170	2.644	(3.140)	3.670
Despesa de IR e CSLL	(6.823)	(6.089)	(12.745)	(10.243)	(8.185)	392

(a) Conforme Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, a alíquota da CSLL foi majorada de 15% a 20%, a partir de 1º de março de 2020; (b) Apuração da CSLL, conforme § 1º, do art. 30B, da Instrução Normativa RFB nº 1942, de 27 de abril de 2020.

b) Créditos e Obrigações Tributárias Diferidas

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

Diferenças Temporárias(*)	Saldo em 31.12.2019	Baixa	Constituição	Saldo em 31.12.2020
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	50.935	(14.573)	19.971	56.333
Rendas de atraso	-	-	542	542
Provisões para desvalorização de BNDU	-	-	400	400
Provisões para desvalorização de títulos livres	839	(1.075)	821	585
Provisões para passivos contingentes	726	(169)	135	692
Provisões para despesas administrativas	404	(259)	379	524
Provisões para outros créditos	-	-	8	8
Total dos créditos tributários diferidos	52.904	(16.076)	22.256	59.084
Diferença entre as depreciações contábil e fiscal	(1.517)	-	(366)	(1.883)
Total das obrigações tributárias diferidas	(1.517)	-	(366)	(1.883)

A expectativa de realização dos créditos foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842 de 30/7/2020, conforme demonstrado a seguir:

	2021	2022	2023	2024	2025	Acima de 2025	Total
Valor nominal	17.555	10.182	9.923	6.105	4.796	10.523	59.084
Valor presente	17.150	9.542	8.832	5.126	3.800	7.243	51.693

O valor presente dos créditos tributários foi obtido descontando-se os valores futuros pela expectativa da taxa SELIC do período.

Neste exercício, não foram gerados créditos tributários não ativados.

15 - Transações com partes relacionadas

A Instituição tem como acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações.

As transações com partes relacionadas são efetuadas em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018 e com normativo da instituição que dispõe sobre essa matéria.

No exercício, foram realizadas as seguintes transações com partes relacionadas:

COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - PRODESP - A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas em plataforma WEB e BI. No exercício de 2020, foram registrados no ativo intangível o valor de R\$1.098 referente a desenvolvimento do sistema GFESP - Gestão de Fundos do Estado de São Paulo.

AGÊNCIA PAULISTA DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS E COMPETITIVIDADE - INVEST SÃO PAULO - A empresa foi contratada para prestação de serviços de consultoria referente ao desenvolvimento de projetos e oportunidade de negócios. No exercício de 2020, as despesas totalizaram R\$1.722.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT - A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos de avaliação e acompanhamento de projetos de inovação tecnológica. No exercício de 2020, as despesas totalizaram R\$96.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE - A empresa foi contratada para prestação de serviços técnicos especializados associados à atualização do estudo de identificação de setores estratégicos no Estado de São Paulo. No exercício de 2020, as despesas totalizaram R\$42.

FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO - FUSSP - Foram doados mobiliários inservíveis no valor de R\$6.

Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelos Superintendentes, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º sem/2020	31.12.2020	31.12.2019
Benefícios de Curto Prazo	6.674	13.311	13.618
Superintendentes	5.266	10.585	10.631
Diretoria ^(a)	696	1.251	1.591
Conselho de Administração ^(a)	324	662	766
Comitê de Auditoria	342	630	399
Conselho Fiscal	46	183	231
Outros Benefícios de Longo Prazo	145	246	232
Diretoria ^(a)	145	246	232
Total	6.819	13.557	13.850

(a) Os valores relativos à remuneração dos administradores seguem as premissas e diretrizes constantes na Política de Remuneração de Administradores da Instituição.

16 - Contingências

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados em provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	31.12.2019	Baixa	Constituição	31.12.2020
Trabalhista	941	(363)	274	852
Cível	673	(12)	26	687
Total	1.614	(375)	300	1.539

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	31.12.2020	31.12.2019
Trabalhista	1.007	510
Cível	890	883
Total	1897	1496

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas.

17 - Segmentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

A Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional (CMN), estabeleceu a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial.

Desta forma, a aplicação proporcional da regulação prudencial deve considerar o segmento em que a instituição está enquadrada e o seu perfil de risco.

Para o enquadramento das instituições em cada segmento, foram considerados o porte e a atuação internacional de cada uma.

A Instituição está enquadrada no Segmento 4 (S4), por possuir porte inferior a 0,1% (um décimo por cento) do Produto Interno Bruto (PIB).

18 - Declaração de Appetite por Riscos (RAS)

O Conselho de Administração e a Diretoria aprovaram a RAS da instituição, que descreve os riscos relevantes incorridos pela Instituição e os níveis de apetite por esses riscos.

19 - Integração entre os riscos

A integração se dá entre os riscos relevantes (riscos de crédito, operacional, de liquidez e socioambiental).

20 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital está disponível no endereço <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/governanca-corporativa/gestao-de-riscos/>, no site da instituição.

a) Estrutura Organizacional

O gerenciamento contínuo e integrado de riscos e o gerenciamento contínuo de capital é realizado pela Superintendência de Controle de Riscos, Compliance e Normas (Suric), por meio da Gerência de Controle de Riscos (Geric.1).

A Suric é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

b) Estrutura de Sistemas

O sistema interno abrange todas as fontes relevantes e consistentes de riscos e possibilita a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos considerados relevantes e não relevantes, conforme definidos na RAS, a fim de manter o capital compatível com esses riscos.

c) Validação de Sistemas

Mensalmente, são realizados testes de avaliação e validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos utilizados para o gerenciamento de riscos e gerados relatórios tempestivos para a Administração.

21 - Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O Manual de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital é revisado no mínimo anualmente e submetido para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Esse Manual contém a RAS, as Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital, o Programa de Testes de Estresse e a Política de Divulgação de Informações relativas ao gerenciamento de riscos e de capital.

a) Risco de Crédito

A gestão do crédito é definida como sendo a implementação e administração dos princípios de crédito, e está segregada da seguinte forma:

- A Superintendência de Crédito (Sucre) é a unidade responsável pela implementação dos procedimentos da Política de Crédito da instituição.
- A Gerência de Cobrança e Recuperação (Gecob), ligada à Diretoria de

Negócios e Fomento (DNF), é responsável pelos procedimentos de cobrança e recuperação de créditos, inclusive dos créditos baixados em prejuízo, e pelos procedimentos para documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco de crédito, inclusive aquelas relacionadas à recuperação de crédito.

- A Superintendência de Suporte ao Negócio (Susup), por meio da Gerência de Suporte à Operação (Gesup.2), efetua a avaliação periódica do grau de suficiência das garantias de recebíveis.

A gestão do risco de crédito envolve a modelagem estatística dos dados históricos da carteira de crédito da instituição e do mercado de crédito brasileiro para pessoas jurídicas, para cálculo de projeções futuras e validação dos sistemas, a fim de verificar a aderência dos processos de gestão do crédito.

A gestão do risco de crédito está a cargo da Suric.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{CPAD} , calculada em consonância com a regulamentação em vigor.

b) Risco Operacional

A estrutura de gerenciamento do risco operacional prevê, adicionalmente, a implementação de estrutura de governança de TI consistente com os níveis de apetite por riscos estabelecidos na RAS.

A metodologia utilizada para o mapeamento, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional é a descrita na Política de Conformidade e Controles Internos, aprovada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração da instituição.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado por meio do cálculo da parcela RWA_{OPAD} , conforme metodologia determinada pelo Bacen.

A metodologia utilizada é a da Abordagem do Indicador Básico.

c) Risco de Liquidez

A Instituição realiza diariamente os procedimentos para o controle de liquidez.

O Plano de Contingência de Liquidez foi aprovado pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração e faz parte da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez.

d) Risco Socioambiental

A Política de Gerenciamento do Risco Socioambiental estabelece critérios, do ponto de vista socioambiental, para concessão de crédito, avaliação de garantias e contratações administrativas.

O Sistema de Administração de Riscos Ambientais e Sociais (SARAS) da Instituição consiste em uma série de procedimentos que são inseridos nas rotinas de cadastro, concessão de crédito, contratações administrativas, avaliação de garantias e renegociações.

e) Risco de Mercado

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado prevê sistemas que consideram todas as fontes significativas desse risco e utilizam dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos.

Considerando que: (i) a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação; (ii) o risco de mercado da carteira de crédito é preponderante em relação ao da carteira de tesouraria; (iii) a instituição não toma decisões de alocação da carteira de crédito com base nesse risco; e (iv) esse risco é ínfimo se comparado ao Patrimônio de Referência (PR) da instituição, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária como um risco não relevante.

No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição.

Não há alocação de capital para esse risco. No entanto, seu valor é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

f) Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital possibilita a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita.

A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que é consistente com o Planejamento Estratégico da Instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

São projetados, para o período de três anos, todos os índices de capital, de forma a possibilitar a avaliação da adequação futura de capital.

22 - Política de Divulgação de Informações do Relatório de Pilar 3

A Instituição divulga, anualmente, relatório denominado Relatório de Pilar 3 - Descrição da Estrutura de Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Gerenciamento Contínuo de Capital.

A responsabilidade pela divulgação do Relatório de Pilar 3 é do Diretor Presidente, responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital da instituição.

A tabela a ser disponibilizada é a OVA - Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição, em formato flexível, conforme norma do Bacen.

A Suric é responsável pela produção dessas informações.

23 - Programa de Testes de Estresse

O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição, e o Risco de Taxas de Juros das Operações Não Classificadas na Carteira de Negociação (RBAN).

24 - Relatórios

A Diretoria Colegiada, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

Além disso, trimestralmente ou tempestivamente, caso seja necessário, é apresentado a esses órgãos o Relatório de Gestão de Riscos e de Capital.

25 - Limites Operacionais

O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da Instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III.

Na Instituição, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen.

Importante observar que a Instituição destaca parte do seu PR para operações de crédito com o setor público. Esse valor, somado ao excesso de recursos aplicados no ativo permanente, é descontado de seu Patrimônio de Referência, para o cálculo dos índices de adequação de capital.

Esse PR usado para o cálculo dos índices de adequação de capital é o PRRWA (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

O PR da Instituição é constituído somente pelo Capital de Nível I, que, por sua vez, é constituído somente pelo Capital Principal.

A RAS da instituição impõe o limite mínimo para o Índice de Basileia de 20%, contra o mínimo de 8% determinado pelo Bacen.

A Instituição encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela a seguir:

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALORES EM R\$ MIL	
	31.12.2020	31.12.2019
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)	1.155.778	1.119.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA (PR_{RWA})	805.778	769.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	805.778	769.236
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	0	0
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)	1.155.778	1.119.236
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_{II})	0	0
CAPITAL PRINCIPAL	1.155.778	1.119.236
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	350.000	350.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	29.521	30.794
PARCELA RWA _{CPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.941.537	1.477.596
PARCELA RWA _{MPAD} - requerimento de capital ref. ao risco de mercado - abordagem padronizada	108	0
PARCELA RWA _{OPAD} - requerimento de capital ref. ao risco operacional - abordagem padronizada	257.136	253.564
PARCELA R _{BAN} - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	1.972	762
RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA_{CPAD} + RWA_{MPAD} + RWA_{OPAD})	2.198.782	1.731.160
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	373.368	353.824
ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (ACP): 2,5% até 03/2020; 1,25% a partir de 04/2020	27.485	43.279
MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO A R_{BAN} E ACP	600.419	586.702
ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8%; Além disso, deve haver mais 1,25% para ACP)	36,65%	44,43%
ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)	36,65%	44,43%
ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)	36,65%	44,43%

26 - Análise de Sensibilidade

A Instituição classifica todas as operações da instituição, de crédito e de tesouraria, na carteira bancária, isto é, não possui operações classificadas na carteira de negociação, que é aquela formada pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade.

Desta forma, a realização de testes de estresse da carteira bancária observa as normas do Bacen, estabelecidas pela Circular nº 3.365, de 14/9/2007, que dispõe

sobre a mensuração de risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação.

Um dos testes consiste em verificar, por meio de choques paralelos das curvas de juros, em quantos pontos percentuais seria necessário elevar as taxas dessas curvas para que fosse registrada uma perda de 5%, 10% e 20% do PR_{RWA} (Patrimônio de Referência para o Limite de Basileia).

Esses testes são realizados, diariamente, para as exposições da carteira ativa e da carteira passiva. O resultado é espelhado no quadro abaixo, já considerando as exposições líquidas, para a data do último dia útil do semestre.

ANÁLISE DE SENSIBILIDADE - CARTEIRA BANCÁRIA

NÚMERO DE PONTOS PERCENTUAIS DE CHOQUES PARALELOS DE TAXA DE JUROS

FATORES DE RISCO DA CARTEIRA	CENÁRIO 1	CENÁRIO 2	CENÁRIO 3
Taxa de juros pré-fixada	28,91	120,05	-
Cupom de taxa de juros - TJLP	-	-	-
Cupom de taxa de juros - TLP	381,40	-	-
Cupom de índice de preço - IPCA	20,19	97,18	-
Cupom de índice de preço - IPC-FIPE	38,99	267,95	-
Cupom de índice de preço -INPC	-	-	-
Fundos de Investimento de Renda fixa	56,43	259,08	-

Nota: Pontos percentuais não informados referem-se à impossibilidade de mensurar a estimativa, devido ao fato de o valor da exposição ser menor que o valor de perda previsto no cenário.

Cenário 1 Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 5% do PR (R\$ 40,3 milhões).

Cenário 2 Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxa de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 10% do PR (R\$ 80,6 milhões).

Cenário 3 Estimativa da quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxa de juros necessários para acarretar reduções do valor de mercado das operações, correspondentes a 20% do PR (R\$ 161,2 milhões).

27 - Outras Informações

a) Efeitos da Pandemia - Covid-19

A Instituição monitora de forma sistemática os efeitos da pandemia provocada pela Covid-19 que eventualmente possam afetar suas operações e impactar adversamente seus resultados. No início da pandemia no Brasil, foi estruturado um Comitê Gestor de Prevenção e Combate à pandemia, e implementadas diversas ações visando mitigar os efeitos da Covid-19. A Instituição mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais Autoridades Governamentais. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a implementação do trabalho dos colaboradores em *home office*, (b) o acompanhamento de funcionários que tiverem os sintomas da Covid-19 (c) distribuição de máscaras e álcool gel a todos os colaboradores e (d) o aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção.

O Governo Federal, por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela Covid-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de depósitos compulsórios e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito, sem que haja aumento dos provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, com o objetivo de elevar as condições de liquidez do Sistema Financeiro Nacional.

Até a data desta divulgação, a Instituição identificou o aumento da demanda por operações de capital de giro, destinadas às empresas do Estado de São Paulo, e a elevação nos pedidos de prorrogação de prazos para as operações de crédito.

Os impactos futuros relacionados à pandemia permanecem sendo acompanhados pela Administração, ressaltando-se a incerteza quanto à sua duração e severidade, que impede a mensuração com precisão neste momento.

Abaixo destacamos os principais itens do nosso balanço com potencial impacto:

- Instrumentos financeiros: os ativos integrantes que compõem as carteiras dos Fundos de Investimento em Participações podem ser negativamente impactados, gerando efeitos significativos no valor das respectivas cotas;
- operações de crédito: parte relevante das operações da carteira de crédito foi beneficiada pelo *standstill* (suspensão temporária do pagamento de prestações), o que permitiu que a taxa de inadimplência tenha se mantido baixa. Entretanto poderá ocorrer elevação no nível de atraso relativo ao pagamento de prestações, incluindo as operações que foram renegociadas e prorrogadas no âmbito da pandemia. Deve-se ressaltar que a Instituição não alterou a sua política de crédito em função da crise, e manteve a exigência de garantias em todas as suas operações de crédito, porém podem ocorrer desafios significativos caso tenha que executar as garantias relacionadas às operações de crédito inadimplentes.

b) Resultados recorrentes/não recorrentes

	2020			2019		
	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total	Resultado Recorrente	Resultado não Recorrente	Total
Receitas da Intermediação Financeira	211.451	-	211.451	167.838	-	167.838
Despesas da Intermediação Financeira	(92.965)	-	(92.965)	(63.499)	-	(63.499)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	118.486	-	118.486	104.339	-	104.339
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ⁽¹⁾	(38.810)	(1.144)	(39.954)	(44.760)	(801)	(45.561)
Resultado Operacional	79.676	(1.144)	78.532	59.579	(801)	58.778
Resultado não Operacional ⁽²⁾	29	(3.303)	(3.274)	20	(304)	(284)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	79.705	(4.447)	75.258	59.599	(1.105)	58.494
Imposto de Renda e Contribuição Social ⁽³⁾	(12.814)	(10.174)	(22.988)	(13.471)	5.678	(7.793)
Participações no Lucro	(3.287)	-	(3.287)	(3.141)	-	(3.141)
Lucro Líquido	63.604	(14.621)	48.983	42.987	4.573	47.560

Resultados não recorrentes:

(1) Referem-se a valores de multa (R\$ 394 em 2020 e R\$ 801 em 2019) e *impairment* sobre ativo imobilizado (R\$ 750 em 2020).

(2) Referem-se a prejuízos na alienação de BNDU (R\$ 2.408 mil em 2020 e R\$ 302 em 2019), prejuízos na alienação de imobilizado (R\$ 6 em 2020 e R\$ 2 em 2019) e *impairment* sobre bens não de uso (R\$ 889 em 2020).

(3) Referem-se a:

2020: valores a maior dos tributos sobre a lucro (-R\$ 11.660), em virtude da limitação da remuneração do capital, disposta na Resolução CMN nº. 4.820 e alterada pela Resolução CMN nº. 4.885, e efeito dos tributos sobre os demais ajustes (R\$ 1.486).

2019: ajuste do estoque de ativo fiscal diferido (R\$ 5.556), decorrente da majoração da alíquota da CSLL, e efeito dos tributos sobre os demais ajustes (R\$ 122).

28 - Evento Subsequente

Em 04 de fevereiro de 2021, foi publicado o Decreto nº 65.500 que dispõe sobre abertura de crédito no orçamento do Estado, no valor de R\$ 51.000 mil, destinado ao aumento de capital da Instituição, a ser autorizado pela Assembleia Geral.

DIRETORIA COLEGIADA

Nelson Antônio de Souza – Diretor Presidente
Cely de Campos Mantovani – Diretora Administrativa, de Projetos e Processos
Lucia Helena da Silva – Diretora de Negócios e Fomento
Marcos Fernando Fontoura dos Santos Jacinto – Diretor Financeiro e de Crédito

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Luiz Avila da Silva – Presidente do Conselho de Administração
Adailton Cesar da Costa Martins
Eduardo Marson Ferreira
Jerônimo Antunes
Lídia Goldenstein
Luciana Leal Coelho
Nelson Antônio de Souza
Roberto Brás Matos Macedo
Thiago Rodrigues Liporaci

CONSELHO FISCAL

Amauri Gavião Almeida Marques da Silva – membro efetivo
Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo – membra efetiva
Roberto Yoshikazu Yamazaki – membro efetivo
Rubens Peruzin – membro efetivo
André Luis Grotti Clemente – membro suplente
Ademar Bueno da Silva Júnior – membro suplente
Fábio Guimarães Serra – membro suplente
Gustavo Carvalho Tapia Lira – membro suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Jerônimo Antunes – Presidente do Comitê de Auditoria;
Francisco Vidal Luna;
Izaura Antunes de Sá Finzetto;
Walter M. Machado de Barros

SUPERINTENDÊNCIA CONTÁBIL

Karen Kemely Mussi Mhereb
Contadora CRC 1SP327691/O-9



DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR



Secretaria da
Fazenda e Planejamento



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos

Acionistas e Administradores do

Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Instituição”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Instituição** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **Instituição**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 e 6, as demonstrações financeiras incluem provisões para perdas esperadas associadas ao risco de créditos no montante de R\$ 108.344 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos do **Desenvolve SP**. A administração considerou os impactos das normas do BACEN sobre as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito em decorrência da pandemia denominada Covid-19.

Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa nas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nós avaliamos o desempenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chave e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA a H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que incluem os impactos ocasionados pela Covid-19 e o entendimento dos procedimentos da administração para determinar os impactos sobre as perdas esperadas e seus respectivos ajustes. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99 e demais normas do BACEN, bem como sua adequada divulgação nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Conforme nota explicativa nº 14, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 59.084 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional (CMN)

e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, especialmente no contexto dos impactos nos resultados em decorrência da pandemia da Covid-19, que pode modificar significativamente os valores e os prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

RESPOSTA DA AUDITORIA AO ASSUNTO

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A Administração da **Instituição** é responsável por essas outras informações que compreendem o “Relatório da Administração”.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o “Relatório da Administração” e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o “Relatório da Administração” e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no “Relatório da Administração”, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Instituição** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o **Desenvolve SP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e administração da **Instituição** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Instituição**;



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Instituição**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Instituição** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Paulo Sérgio Barbosa
Contador CRC 1 SP 120359/O-8

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA



1. Introdução

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) do Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”) foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004, e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social do Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2019.

O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por quatro membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do Comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo.

Compete ao Comitê assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas (I) ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição; (II) à qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e (III) à indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna. O Comitê atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.



2. Atividades realizadas no período

O Comitê de Auditoria se reuniu 16 vezes entre março de 2020 a fevereiro de 2021, realizando 142 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à Administração do Desenvolve SP.

Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretor Presidente e sua Diretoria Colegiada, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e independente. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o

conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê, emitidos em bases semestrais e anuais, que permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN). As versões resumidas dos relatórios são publicadas junto às demonstrações financeiras semestrais e anuais.

O Comitê analisou a qualidade das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020 e ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo BACEN.

O Comitê avaliou as recomendações propostas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, bem como as determinações provenientes da área de supervisão do BACEN, discutindo com a Administração as providências com vistas aos respectivos atendimentos, e acompanhando o processo de implementação das mesmas.



3. Recomendações apresentadas à Diretoria e ao Conselho de Administração

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à Administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, compliance, controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo o aperfeiçoamento dos processos de avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela Administração da instituição.



4. Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

A Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Auditoria Independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno, sem prejuízo de outros relatórios que também deva preparar.

Cabe ao Comitê assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade e da efetividade das Auditorias Interna e Independente e quanto à qualidade e suficiência dos sistemas de controles interno e das demonstrações financeiras.



5. Avaliação da efetividade das auditorias independentes e auditoria interna

Com relação aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê revisou o planejamento e os trabalhos realizados, bem como os relatórios produzidos, verificando e acompanhando as recomendações, especialmente nas áreas de crédito, riscos e controles internos, além de demandas específicas durante o período. O Comitê entendeu que a cobertura e qualidade dos trabalhos da Auditoria Interna ao longo do período foram realizadas com qualidade apropriada.

Com relação à Auditoria Independente, o Comitê discutiu com os responsáveis os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2020 e ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, cujos relatórios apresentam-se sem ressalvas.

Os principais pontos discutidos com os Auditores Independentes relacionaram-se com as práticas contábeis, recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria entendeu como adequada a política de independência na execução dos trabalhos da Auditoria Independente.



6. Avaliação da qualidade das demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, às práticas contábeis e às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade, para análise das demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Foram discutidos e revisados os principais aspectos relativos à sua preparação e apresentação, não se verificando diferenças que pudessem influenciar materialmente a situação econômico-financeira da instituição, conforme indica o parecer dos auditores independentes sem ressalvas.



7. Conclusões

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos, entende que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação do Banco Central e das normas internas, que possam colocar em risco a continuidade da instituição e, ponderadas as limitações decorrentes de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.



Jerônimo Antunes

Presidente do Comitê de Auditoria

Francisco Vidal Luna

Membro do Comitê de Auditoria

Izaura A. de Sá Finzetto

Membro do Comitê de Auditoria

Walter M. Machado de Barros

Membro do Comitê de Auditoria



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para deliberação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.



Amauri Gavião Almeida Marques da Silva

Conselheiro

Claudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo

Conselheira

Roberto Yoshikazu Yamazaki

Conselheiro

Rubens Peruzin

Conselheiro



PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração do Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.



Jorge Luiz Avila da Silva

Presidente

Adailton Cesar da Costa Martins

Conselheiro

Eduardo Marson Ferreira

Conselheiro

Jerônimo Antunes

Conselheiro

Lídia Goldenstein

Conselheira

Luciana Leal Coelho

Conselheira

Nelson Antônio de Souza

Conselheiro

Roberto Brás Matos Macedo

Conselheiro

Thiago Rodrigues Liporaci

Conselheiro



Rua da Consolação, 371, Térreo
Centro - São Paulo - SP - Brasil
CEP: 01301-000
Tel.: (11) 3123-0464

desenvolvesp.com.br

 / agenciadesenvolvesp

 / Desenvolve_SP

 / desenvolvesp

 / agenciadesenvolvesp


DESENVOLVE SP
O BANCO DO EMPREENDEDOR


SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

Secretaria da
Fazenda e Planejamento